



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

GISELLEN FONTES DE SOUZA

**“AO LEVANTAMENTO DA REPÚBLICA”: A ELITE INTELECTUAL SERGIPANA,
O CLUBE REPUBLICANO DE LARANJEIRAS E A PROPAGANDA (1887-1889)**

São Cristóvão, SE.

Junho, 2022.

GISELLEN FONTES DE SOUZA

**“AO LEVANTAMENTO DA REPÚBLICA”: A ELITE INTELECTUAL SERGIPANA,
O CLUBE REPUBLICANO DE LARANJEIRAS E A PROPAGANDA (1887-1889)**

Monografia de licenciatura apresentada à Universidade Federal de Sergipe como requisito de finalização da disciplina Prática de Pesquisa e Conclusão do Curso.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá.

São Cristóvão, 2022.

AGRADECIMENTOS

Essa monografia representa para mim muito mais do que a solidificação de um processo de pesquisa, ou a conclusão de anos dedicados ao curso de Licenciatura em História. Representa as experiências que a Universidade Federal de Sergipe me proporcionou, das quais por hora me despeço. Os amigos que fiz, o aprendizado teórico-prático e o aprendizado de vida. Por isso e por tanto, sou grata.

Diante do iminente fim, aproveito para dedicar meu agradecimento público, primeiramente a Deus, presença real e constante em minha vida. Em seguida, a minha família que foi minha base e sustento quando tudo pareceu perdido. Especialmente aos meus pais Antônio Eloino e Suzaneide, que acreditaram em mim mais que qualquer um no mundo e fizeram sempre mais do que podiam para que eu fosse além, mas sempre tivesse aconchego e cuidado. À Annelise, minha irmã e maior conselheira que sempre ouviu meu choro e me ajudou a colocar a cabeça no lugar. Ao meu afilhado, Robert Alexandre, que foi a luz dos meus dias e motivação para ser mais do que uma madrinha apaixonada, ser uma profissional dedicada e digna do termo ‘educadora’. Aos meus avós paternos Maria Valdice e João Francisco, minha avó materna, Maria Enalda e minha bisavó Josefina, de quem sou “professorinha”, toda gratidão e amor do mundo. E especialmente ao meu avô Antônio Francisco Severo, que permaneceu sendo meu guia e um dos meus maiores apoiadores mesmo após sua partida precoce. Agradeço também aos meus tios (as) e primos (as), cujos nomes são muitos, mas que a torcida leal sempre foi mais um motivador para prosseguir.

Em especial, agradeço à Jeane, cuja generosidade e desprendimento me ajudaram muito em meio aos percalços desse final de curso.

Obviamente, não posso deixar de agradecer aos meus amigos que me incentivaram a ser o meu “eu” mais cru e real possível e o acolheram, riram, choraram comigo e estiveram lá por mim, me apoiando não só na escrita deste trabalho, mas durante esses anos.

Por fim, agradeço também ao meu orientador, professor Antônio Fernando de Araújo Sá pela paciência, disposição e incentivo, além da gentil orientação, bem como ao professor Lourival Santana Santos pela grata contribuição e aos demais professores do DHI.

A vocês meu carinho e reconhecimento, muito obrigada!

RESUMO

Partindo do princípio de que a República foi o resultado de um longo processo de desgaste nas estruturas que sustentavam a Monarquia, ao longo do Segundo Reinado, essa pesquisa se propõe a analisar, a partir de um viés regional, a existência de uma elite intelectual e sua atuação na propaganda republicana em Sergipe, por meio do Clube Republicano de Laranjeiras. A metodologia utilizada foi a leitura bibliográfica e a análise dos documentos e periódicos, tendo por base teórica a Nova História Política, especialmente em torno da questão dos intelectuais e a política.

Palavras-chave: República; Monarquia; Movimento republicano; Laranjeiras; Imprensa; Intelectuais.

ABSTRACT

Assuming that the Republic was the result of a long process of erosion in the structures that supported the Monarchy, throughout the Second Reign, this research proposes to analyze, from a regional perspective, the existence of an intellectual elite. his performance in republican propaganda in Sergipe, through the Republican Club of Laranjeiras. The methodology used was the bibliographic reading and the analysis of documents and periodicals, based on the New Political History, especially around the question of intellectuals and politics.

Keywords: Republic; Monarchy; Republican Movement; Laranjeiras; The Press; Intellectuals;

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Assiduidade dos signatários nas sessões do Clube Republicano de Laranjeiras (p. 43).

Tabela 2- Relação da assiduidade dos frequentadores das sessões do clube republicano, desde sua inauguração (p. 44).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
O DECLÍNIO DO IMPÉRIO E OS IDEAIS DE REPÚBLICA	14
1.1. OS PROJETOS DE REPÚBLICA	23
O DECLÍNIO DO IMPÉRIO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE	27
O CLUBE REPUBLICANO DE LARANJEIRAS E A ELITE INTELECTUAL NA PROPAGANDA	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

INTRODUÇÃO

A Proclamação da República no Brasil foi a culminância do longo processo de desestruturação do Império, em que as transformações ocorridas nos âmbitos sociais, políticos e econômicos, ao longo do Segundo Reinado, aprofundaram os desgostos já existentes com o governo especificamente as elites, os militares e setores médios urbanos, bem como pelo enfraquecimento das relações sociais e econômicas escravistas, que sustentavam o regime monárquico.

Quando a monarquia alcança, finalmente, um ponto de consolidação, a partir do ano de 1850, muito se deve ao fato que o jovem Imperador Dom Pedro II, já mais adequado à governança, passa a fazer mais uso do Poder Moderador, tendo, portanto, a chefia do Estado, o controle do governo, por intermédio de sua escolha dos ministros, bem como o poder de dissolver a Câmara, quando requisitado. Funções que, de certa forma, permitiram um controle maior dos embates entre as diferentes camadas da elite (CARVALHO, 2012, p. 97-98).

Somado a isso, na mesma metade do século XIX, podemos elencar as seguintes transformações que mexeriam com o *status quo*, guiando o Brasil à novos rumos, tais como a proibição mais rígida ao tráfico de escravizados, conhecida por Lei Eusébio de Queirós, a criação da Lei de Terras, que designou normas tanto para posse e manutenção, quanto para uso e comércio de terras, além da criação do Código Comercial, o processo de renovação na Guarda Nacional, a expansão cafeeicultora e a criação de estradas de ferro pelo país.

Diante dessas transformações, as estruturas política e administrativa voltam a ser alvos de duras críticas e assim segue durante todo o Segundo Reinado. Tópicos como a centralização excessiva, que cerceava a autonomia das províncias; a ação do Poder Moderador, que intervinha nos demais poderes; e até mesmo o sistema eleitoral, que passara por algumas mudanças ao longo do reinado de D. Pedro II, são desaprovações comuns, inclusive, entre monarquistas, que ponderavam uma reforma por parte do próprio Estado Imperial. No entanto, com o correr dos anos, o desgaste em várias esferas do sistema monárquico vai tornando, cada vez mais reais, as possibilidades de uma mudança de regime, principalmente, quando as elites dirigentes que ansiavam por um maior controle de seus interesses, ou mesmo a elite intelectual de menor impacto, mas atuante na construção da nação no pós-independência, passaram a ansiar por uma nova forma de governo, a República.

É sobreposto a esse panorama que surgiu o movimento republicano, em 1870, como elemento aglutinador tanto das insatisfações, quanto dos insatisfeitos com o Império brasileiro. Aliado à desestruturação da situação monárquica, os debates disseminados no começo do século sobre os movimentos revolucionários europeus e americanos vão retomando espaço entre setores das elites, do Exército, mas também entre as camadas médias urbanas e intelectualizadas. Os desdobramentos do Iluminismo, dos processos de Independência na América (especificamente, dos Estados Unidos) e da Revolução Francesa de 1789, que foram responsáveis por germinar nesse solo grosso modo, entre grupos específicos - um rompante a favor da libertação da nação, a priori das “garras” de Portugal, desenrolam-se naquele momento como guias para libertação da própria monarquia, formando, assim, o movimento republicano brasileiro alicerçado em três vertentes diferentes, com três principais grupos o encabeçando.

Ainda assim, mesmo o Partido Republicano fundado em São Paulo, após o manifesto publicado em 1870, o mais bem organizado e possuidor de certa capacidade eleitoral, em questão de expressividade política, ainda poderia ser considerado frágil à frente dos partidos monarquistas, já consolidados, diante das disputas por poder. Desse modo, a principal arma utilizada pelos republicanos foi a propaganda ideológica tanto para desenvolver certa legitimidade do regime a ser implantado, quanto para relativizar a recepção dos projetos.

A província de Sergipe, apesar do seu reduzido tamanho, em comparação àquelas onde o clamor republicano teve maior ênfase (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro), não se esquivou em manifestar seu descontentamento com a maneira que o governo imperial a via, ou melhor dizendo, não via, sendo o descaso um dos principais pontos levantados contra à Coroa.

Surgindo a partir dos últimos anos da década de 80, o movimento republicano sergipano se desenvolve significativamente na cidade de Laranjeiras, através da campanha de divulgação dos ideais do republicanismo movida por meio da atividade de uma pequena elite intelectual. É, portanto, dentro desse recorte temático, espacial e temporal (1888-1889) que se encontra o objeto de estudo deste trabalho: a ação dos intelectuais ligados ao Clube Republicano de Laranjeiras nos periódicos que veiculavam a propaganda republicana. Daí sendo proposto nossas questões-problema, força motriz para o desenvolvimento dessa pesquisa: o que foi o clube republicano laranjeirense? Por meio de que se desenvolveu e quais suas características? Quem eram os intelectuais envolvidos com a propaganda

republicana? Quais deles faziam coro ao referido clube? Por fim, quais os principais temas disseminados pelos periódicos?

Almejando responder todas as indagações propostas, faz-se necessário delimitar o quadro teórico, tanto quanto os principais conceitos utilizados que serviram de guia para que se pudesse melhor desenvolver essa monografia. Quanto ao referencial teórico, esse trabalho se relaciona com a Nova História Política, cujas novas perspectivas permitem que a produção historiográfica elabore uma abordagem para além dos grandes homens e do Estado, compreendendo através da visão do termo político o campo amplo de expressão do social, do econômico e até mesmo do cultural, como apresentado na obra organizada por René Rémond, *Por uma nova História Política* (2003).

A renovação provocada pela rediscussão de conceitos clássicos e das práticas tradicionais desviou-se do Estado e dos grandes homens e eventos, acrescentando em si o diálogo com outras ciências sociais como ferramenta e a variação dos objetos de estudo (RÉMOND, 2003, p. 26).

A história política, dentro e fora da historiografia francesa, tem se apresentado mais interessada nas diversas formas assumidas pelo poder, considerando-se não apenas seu caráter repressivo, mas inclusive o simbólico; sem que se recuse sua capacidade de coagir, mas observando-se seu potencial de produzir sentidos, parâmetros para a ação individual e coletiva dos homens (MEDEIROS, 2017, p. 259).

Diante dessa “renovação”, o estudo dos movimentos políticos ganha novas abordagens, acompanham a análise social dos grupos e o viés econômico em que se encontravam. Os intelectuais como atores políticos, portanto, tornam-se objetos, retomada a questão de um “poder intelectual” e sua influência em determinados acontecimentos (SIRINELLI, 2003, p. 231-237). Designados por Sirinelli, o grupo social dos intelectuais são de acordo com duas acepções:

Uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os “mediadores” culturais, e a segunda mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito (...) uma segunda (...) baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator – mas segundo modalidades específicas, como por exemplo a assinatura de manifestos-, testemunha ou consciência (2003, p.242-243).

O envolvimento dos “intelectuais” para entendermos a ação dos partidos foi utilizado para pensar o Clube Republicano, como uma organização capaz de representar o social, cultural e econômico da sociedade em que está inserida politicamente, a partir das fontes de imprensa de cunho propagandista. Não tendo como objetivo analisar, ou grafá-las como um Pensamento Político, mas compreendê-las como meio para um fim idealizado.

O uso do conceito de elite, empregado por Norberto Bobbio (1998, p. 385) no *Dicionário de Política*, nos serviu como norteador, como hipótese, quanto a parte dos envolvidos com o grupo republicano de Laranjeiras e a sua característica de formação acadêmica, superior ou não, mesmo quando não ligados a uma elite econômica e política, se configuraram numa minoria, cujo poderio ideológico era seu principal meio de realização e consolidação.

Em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Uma vez que, entre todas as formas de poder (entre aquelas que, socialmente ou estrategicamente, são mais importantes estão o poder econômico, o poder ideológico e o poder político) (BOBBIO, 1998, p. 385).

Acrescido a isso, na mesma obra, o termo intelectual é, assim, descrito:

Em primeiro lugar, ele designa uma categoria ou classe social particular, que se distingue pela instrução e pela competência, científica, técnica ou administrativa, superior à média, e que compreende aqueles que exercem atividades ou profissões especializadas (...) intelectuais são os responsáveis pela produção e aplicação dos conhecimentos e dos valores. (MARLETTI, 1998, p. 637).

Faremos uso do termo *elite intelectual* para designar o grupo de número reduzido, cuja instrução atrelada a alguma produção científica, religiosa, política, literária, ou social, destoava do conjunto de analfabetos, como abordado por Eugênia Andrade Vieira da Silva (2004), em dissertação a respeito da formação da elite intelectual sergipana nos serviu de suporte para adentrar esse âmbito. A formação acadêmica dos componentes do movimento republicano, em Sergipe, era, em parte, composta por profissionais liberais (médicos e advogados), professores, estudantes, ou pequenos proprietários, que faziam parte desse seletivo grupo instruído. Para isso, fizemos um trabalho de reconhecimento e análise das atas do Clube Republicano, levantando os participantes, por meio da obra de Balthazar Góes A

República em Sergipe, que nos legou um apanhado testemunhal dos principais atores do movimento e da propaganda. Além disso, utilizamos o *Dicionário Biobibliográfico sergipano*, de Manuel Armindo Guaraná, e a obra *Brasileiros Ilustres: sergipanos ilustres*, de Liberato Bittencourt.

As outras fontes utilizadas foram os jornais criados pelos republicanos tidos como históricos, alguns envolvidos com o Clube de Laranjeiras, como *O Laranjeirense* (1888) e *O Republicano* (1889), disponíveis na Biblioteca Nacional Digital¹, bem como as atas das reuniões do referido clube, cujo apanhado documental foi formatado pelo Arquivo Público de Sergipe em livro “*O movimento republicano em Sergipe (1980)*”.

Compreendendo antes de tudo que aquilo

(...) que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada, quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (LE GOFF, 1984, *apud* SILVA, 2004, p. 4)

Quanto ao trato e as fontes de imprensa, utilizamos o quadro teórico e metodológico apresentado por Tânia Regina de Luca, no capítulo “*História dos, nos e por meio dos periódicos*” presente na coletânea *Sobre Fontes Históricas*. A autora, faz um breve panorama a respeito das mudanças nas vertentes históricas desde os *Annales*, para explicitar a relevância dessas transformações responsáveis por ampliar os campos da pesquisa historiográfica, oferecendo aos historiadores novos objetos e métodos. Mais que isso, Luca apresenta os usos, as variedades temáticas e os métodos para melhor utilização dessas fontes periódicas, tanto para a construção da história destes, quanto através deles.

Ao dispor da imprensa periódica como fonte histórica, principalmente utilizada pelos intelectuais, convém ter em mente que “propostas estéticas, culturais e científicas não se dissociam de batalhas e perspectivas sociopolíticas” (LUCA, 2006, p. 126).

Ademais, quando atribuída ao campo da História Política Renovada, é preciso ter em conta:

O caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX, que, é bom lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo. Os aspectos

¹ Disponível no endereço eletrônico: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

comerciais da atividade eram secundários diante da tarefa de interpor-se nos debates e dar publicidade às propostas, ou seja, divulgá-las e torná-las conhecidas (LUCA, 2006, p. 133-134).

No primeiro capítulo, *“O Declínio do Império no Brasil e os ideais republicanos”*, retomamos a análise da historiografia republicana brasileira, a respeito das causas que levaram ao declínio do Império, por meio das obras de Emília Viotti da Costa, José Murilo de Carvalho e Maria Thereza Schorer Petrone, buscando compreender que não foram a Abolição ou a Questão Militar que guiaram para uma nova forma de governo, mas todas as crises e transformações sociais, estruturais, políticas e econômicas que tornaram difíceis sustentar as relações entre elites e o Império. Aliado a isso, no subtítulo *“Projetos de República”*, buscamos resumir as vertentes utilizadas pelos grupos para legitimar o movimento republicano. Levando em consideração a proximidade com cada ideologia que professaram os militares, a camada média urbana e a elite econômica cafeeira do Oeste Paulista, foram utilizadas as obras de Costa, Carvalho e Celso Castro. Sobre a propaganda republicana, utilizamos as ideias de Nelson Jahr Garcia sobre a propaganda ideológica.

No capítulo segundo, *O desgaste do Império na província de Sergipe*, a partir de uma breve revisão bibliográfica regional, norteado pela análise do professor Itamar Freitas, abordamos as principais críticas imputadas ao governo imperial através da narrativa testemunhal de autores como Balthazar Góes e Manuel Curvelo, entendendo, no entanto, o caráter próprio da monarquia apontada por republicanos assíduos e idealistas. Em contrapartida, utilizamos também autores recentes, como os professores Terezinha Oliva e Lourival Santos, para debater a realidade e a formação do movimento republicano em Sergipe. Em meio a isso, discutimos brevemente a abordagem historiográfica reduzida as grandes províncias.

O último capítulo e, com certeza, o mais complexo, *“o Clube Republicano de Laranjeiras e a elite intelectual na propaganda republicana”*, abarca tanto questões das partes anteriores, quanto a discussão relativamente nova nesse trabalho e que moveu essa pesquisa. Discute-se acerca do Clube Laranjeirense, sobre sua fundação e ligação com a imprensa, tanto quanto dos partícipes, investigando àqueles que constituíram parte de uma elite acadêmica e suas atuações com a propaganda. Afora isso, é feito um breve levantamento das temáticas e debates que permearam a propaganda republicana, no objeto dos periódicos “O Laranjeirense” e “O Republicano” datando os anos de 1888-1889.

Pretendendo, portanto, justificar a produção deste trabalho, dado a recente mudança de perspectiva no sentimento saudosista do período imperial, pois diante da inovação das redes sociais surgem agora movimentos virtuais clamando a volta da Monarquia e debatendo acerca da funcionalidade da República brasileira, essa sendo vista como a raiz dos males atuais.

O que se faz relevante retomar a motivação que acompanha a mudança de regimes e como agiu àqueles que se interessaram pela nova forma de governo. Nossa proposta crítica a preferência da historiografia de relatar o movimento republicano a partir da visão das grandes províncias, ignorando as peculiaridades que cercam as províncias menores. Aliás, a historiografia sergipana não tem dado o devido cuidado ao assunto, com uma relativamente reduzida produção acerca do tema aqui trabalhado. Assim, esse trabalho busca comprovar a hipótese que existiu uma elite intelectual envolvida com o Clube Republicano de Laranjeiras agindo ativamente através da propaganda para o “Levramento” da República.

Almeja-se com essa monografia, acrescentar uma perspectiva diferente quanto o conhecimento historiográfico sergipano acerca dos regimes políticos, principalmente na transição entre monarquia e república, com vistas a ampliar o leque de possibilidades quanto aos temas que ainda podem ser desenvolvidos e as pesquisas que podem ser produzidas sobre os diferentes regimes e períodos históricos em Sergipe.

1. O DECLÍNIO DO IMPÉRIO E OS IDEAIS DE REPÚBLICA

A premissa de compreender a dimensão das rupturas do sistema monárquico requer tanto reconhecer as relações que o mantinham, quanto entender a volubilidade das elites políticas e econômicas que esperavam do regime alinhamento em relação aos seus interesses, bem como a dependência do governo imperial em manter certa “troca de favores” e medidas conciliatórias para sua sustentação. Como o Império foi moldado através do diálogo com as elites e com a oposição delas, podemos dizer que também assim foi derrubado, especialmente depois que o Exército brasileiro se apresentou como força política disposta a trazer e instaurar a tão desejada ‘modernidade’ no país.

Conforme entende Norberto Bobbio (1998, p. 385), no *Dicionário de Política*,

Em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Uma vez que, entre todas as formas de poder (entre aquelas que, socialmente ou estrategicamente, são mais importantes estão o poder econômico, o poder ideológico e o poder político)

Relacionando ao que denomina homens comuns: aqueles cujos poderes estão ligados aos seus ambientes comuns do cotidiano, o sociólogo C. Wright Mills assim explica a classe dirigente, por meio da experiência norte americana:

A **elite do poder** é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências. Se tomam ou não tais decisões é menos importante do que o fato de ocuparem postos tão fundamentais: se deixam de agir, de decidir, isso em si constitui frequentemente um ato de maiores consequências do que as decisões que tomam. Pois comandam as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna. Comandam as grandes companhias. Governam a máquina do Estado e reivindicam suas prerrogativas. Dirigem a organização militar. Ocupam os postos de comando estratégico da estrutura social, no qual se centralizam atualmente os meios efetivos do poder e a riqueza e celebridade que usufruem. (MILLS, 1975, p. 12)

Independentemente do viés que seja analisado o declínio da monarquia brasileira, o processo pelo qual o país passava se configurava pelo perpassar de uma crise, ou mais crises, caso seja essa a compreensão do historiador em questão, porque as fissuras aconteceram em diversos âmbitos, enquanto às relações que sustentavam a monarquia se desgastaram até sua completa desestruturação.

Utilizamos a conceituação de “crise” feita por Pasquino (1998, p. 305), também no *Dicionário de Política*:

Chama-se **Crise** a um momento de ruptura no funcionamento de um sistema, a uma mudança qualitativa em sentido positivo ou em sentido negativo, a uma virada de improviso, algumas vezes até violenta e não prevista no módulo normal segundo o qual se desenvolvem as interações dentro do sistema em exame.

Convém acrescentar também a segunda conceituação, ainda mais específica:

As **Crises** do sistema político têm duas dimensões principais: de um lado, podem envolver apenas os mecanismos e os dispositivos jurídicos e constitucionais do sistema, ou seja, o regime político. Assim, a passagem de uma monarquia absoluta para uma monarquia constitucional, assim como a passagem de uma monarquia constitucional para uma república e a passagem de uma república parlamentar para uma república presidencial são todas **Crises** que implicam apenas mudanças de regime. (PASQUINO, 1998, p. 306)

Assim, podemos presumir que o desgaste que acontecera ao longo do Segundo Reinado, fora resultado de inúmeras crises, surgidas ou agravadas pelo momento em que ocorriam, cujas transformações sociais e econômicas também aconteciam, e tornava-se ainda mais difícil conservar o *status quo*, frear as ideias e reverter à situação.

Levando em consideração, desde o princípio, conforme Emília Viotti da Costa (1999, p. 490), pouca coisa havia mudado com a Proclamação, não houve nenhuma transformação profunda na estrutura do país, além do regime de governo.

O ano de 1889 não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros.

A propósito das causas, ou da causa final, está sempre dependente da análise historiográfica feita. Alguns autores apontam a Abolição da Escravatura, outros a Guerra do Paraguai e a Questão Militar, alguns a Questão Religiosa, ou voltam-se aos desacordos políticos, a discordância entre o processo de modernização e as instituições monárquicas que não mais supriam as novas necessidades, ou mesmo a “importação” de ideologias revolucionárias; outros, no entanto, apresentam de certo modo, todos os motivos como possibilidades.

Não pretendendo fazer uma análise completa sobre a historiografia a respeito da Proclamação, a historiadora Silmara Dencati Santa Rosa, em artigo publicado na *Revista Outras Fronteiras*, explica que a transição do Império a República se deu através dos abalos que tomaram as tradições imperiais, principalmente por conta de mudanças específicas que desestruturaram o regime. Enquanto, por sua vez, vários setores descontentes com a política imperial buscavam outra forma de representação conveniente a seus anseios (2014, p. 130-131). Ao longo do seu texto, ela se apoia, em certos aspectos, a respeito das principais questões interpretativas apontadas por Emília Viotti da Costa, esclarecendo algumas alterações importantes de Costa, que serão base para esse trabalho:

Sobre a Abolição, ela afirma que não foi à causa da República. Considera-a como repercussões de mudanças que ocorreram na estrutura econômica e que provocaram a destruição dos esquemas tradicionais, afirmando que a Abolição abalou a classe rural, que apoiava o imperador, precipitando assim, a sua queda. Sobre a questão religiosa, apontá-la como fator de desestruturação que levara a queda seria um exagero, seria necessário que a monarquia fosse inimiga da Igreja e que a mesma encontrasse total apoio na República. Em relação ao Partido Republicano, este não tinha um número grande de adeptos, mas por outro lado, teve papel importante ao lançar a campanha republicana e criar assim uma opinião pública favorável à República, que encontraram condições favoráveis para se estabelecer devido às crises estruturais da instituição monárquica. E finalizando, para ela o papel do exército foi importante no golpe, decisivo no momento, mas que somente foi possível devido às “contradições profundas que abalavam o regime” (SANTA ROSA, 2014, p. 135-136).

Além do costumeiro, para explicar o declínio da monarquia, Maria Thereza Schorer Petrone, em artigo para a *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, apresenta não uma crise do Império, mas várias que se desenrolaram por anos a fio. Segundo ela, desde o Primeiro Reinado, a falta de uma ideologia estruturada que sustentasse o regime monárquico, facilita o choque entre a diversidade das ideias que coexistiam especialmente no período regencial, onde surgem inúmeros conflitos. A isso, a autora chama de *crise de consciência*, e explica que, no Segundo Reinado, essa crise fica ainda mais clara, quando permite ressurgimento dos pensamentos republicanos e propagação dos ideais positivistas (PETRONE, 1975, p. 33).

Conforme sua análise, a falta de uma ideologia própria para explicar a necessidade e a função da monarquia, bem como os papéis dos cidadãos brasileiros nela, encontra seus opostos no republicanismo e no positivismo, que serviam a necessidade de elucidar porque a República se fazia necessária, tanto para a modernização do país, quanto para serviço dos homens desta terra. Para cada uma dessas correntes, um modelo específico adaptado e interpretado dadas às próprias necessidades, servindo a imagem e semelhança dos exemplos

principais advindos da Revolução francesa e da República norte-americana. Para além das questões convenientes de internalização e reprodução de ideologias estrangeiras, podendo ser consideradas crises, ou não, é certo que, de algum modo, a retomada desses pensamentos serviu para encorpar todo aquele atrito existente ao longo do Segundo Reinado e mais precisamente nas décadas anteriores à proclamação.

Havia ainda os consistentes desagradados em relação às estruturas políticas e administrativas do governo imperial, que partiam, muitas vezes, dos próprios monarquistas que, no entanto, esperavam da Coroa a responsabilidade de aparar as próprias arestas, e não necessariamente um novo regime. As críticas mais comuns envolviam, em grande parte, as ações e liberdades do Poder Moderador, a centralização do poder e o Sistema Eleitoral.

Para compreendê-las, é preciso entender seu funcionamento. Costa (1999, p. 139), ao falar do conflito entre liberais e o Imperador após a Independência, bem como do conteúdo da Carta Constitucional de 1824, explica:

Segundo a Carta, o rei era responsável pela execução das leis aprovadas pelo Parlamento e pela nomeação e promoção de altos funcionários da burocracia civil, militar e eclesiástica. Além do que, teria a última palavra quanto à distribuição de recursos entre os diversos ramos da administração. Ficava reservado a ele, também, outorgar títulos de nobreza e conferir outros benefícios pessoais como recompensa por serviços prestados à Coroa. Conforme a tradição colonial do patronato real cabia ainda ao imperador o direito de conceder ou negar permissão para a execução de bulas papais no país.

Além das atribuições do executivo, graças ao Poder Moderador, estava a cargo do Imperador:

Escolher seus ministros sem consultar o Parlamento, assim como suspender, adiar ou dissolver a Câmara e convocar novas eleições. Também tinha direito de nomear os membros do Conselho de Estado e escolher os senadores dentre uma lista de três candidatos que recebessem o maior número de votos numa eleição senatorial (COSTA, 1999, p 140).

Quanto às insatisfações acerca do Poder Moderador, muito se dava a tamanha liberdade que este tinha sobre as decisões de cunho governamental, configurando um Quarto Poder, cujas interferências sobressaem às ações dos demais. Principalmente, quando, a partir de 1847, os critérios para composição do Gabinete Ministerial foram mudados, passando a ser função do Imperador convocar o presidente, que, por sua vez, ficava, ao seu critério,

nomear os chefes das pastas ministeriais, dependendo, contudo, do apoio do Legislativo e da concordância do Imperador. O pressuposto que o rei deveria reinar, mas não governar, no Brasil, tinha um caráter completamente diferente, pois o monarca possuía controle em ambas as possibilidades.

Mesmo sendo tópico marcado de críticas, o Poder Moderador não deixa de ser importante para consolidação da monarquia, dadas às circunstâncias apaziguadoras e compensatórias das prerrogativas de dissolver Gabinete e/ou Câmara, em razão de impasses entre as escolhas do Presidente e do Legislativo, bem como o revezar dos partidos e a convocação de novas eleições. Por exemplo, as atribuições se mostraram bastante úteis, quanto ao domínio e resolução de conflitos entre setores da elite, embora, posteriormente, tenha-se tomado papel contrário, deslegitimando-o (CARVALHO, 2012, p. 98).

Para além do Poder Moderador, a centralização excessiva do poder mantinha as províncias sob o jugo do governo central, implicando, desta maneira, num tópico bastante sensível às elites, desde que o Brasil se tornara independente de Portugal. Não obstante, a província de São Paulo sendo uma das que mais sofreu dada essa centralização, fora justamente a primeira a desenvolver um partido republicano mais forte e organizado.

As décadas de 1840 e 1850 estão marcadas de tal forma pelas transformações ocorridas no campo econômico e social, que, de um modo ou de outro, também afetaram o político. Após a derrocada da produção de açúcar na região Norte e a decadência da mineração no Centro, o eixo da economia brasileira torna-se à região Sudeste, graças à expansão na produção de café, a partir de 1840, cujo desenvolvimento se dá, primeiro, no Vale do Paraíba (abrangendo parte do Rio de Janeiro e São Paulo), com modelos tradicionais de produção e mão de obra escrava, e, depois, no Oeste Paulista, fazendo uso de novos processos para o aumento da produção e da mão de obra livre e estrangeira (RIBAS, 2006, p. 24).

Assim, segundo Celso Furtado,

A economia brasileira prosperou durante toda a segunda metade do século XIX, pois a produção de café garantiu a estabilidade das contas nacionais. A produção de café avançou pela Baixada Fluminense, pelo Vale do Paraíba até adentrar o Oeste Paulista, o que possibilitou a incorporação de novas áreas ao eixo econômico dominante, ou seja, da atual região Sudeste. A combinação da produção de café com os surtos ocorridos nesses períodos de cana-de-açúcar, de algodão, de borracha e de outros produtos primários, favoreceu a diversificação paulatina da produção

brasileira e contribuiu para o nascimento e o fortalecimento de uma economia nacional e de um sistema social (*Apud* ARTIAGA, 2020, p. 4).

A expansão no cultivo de café permitiu a ampliação na participação do país no mercado internacional. Além de desenvolver uma integração econômica e social entre algumas regiões do país, serviu também como guia para a criação de novos serviços, marcando o desenvolvimento, ainda que pequeno, do mercado interno e o estímulo à iniciativa privada. Atrelado a essas mudanças, estavam também à modernização da infraestrutura, através da construção de ferrovias, visando facilitar o escoamento da produção para os portos.

O ano de 1850, como já citado, marca não somente a consolidação do regime, mas também um período de intensas mudanças na formação do país, um período de modernização. Data esse ano uma lei de proibição do tráfico de escravizados, considerada muito mais rígida que a primeira de 1831, conhecida como Eusébio de Queirós. Segundo Boris Fausto (2006, p. 197), essa lei resultou na liberação de capitais do fim da importação e início, no país, de um processo de negócios e especulações, surgindo, portanto, bancos, indústrias, mesmo que incipientes, empresas de navegação a vapor etc., além do crescimento das rendas governamentais, devido ao aumento nas tarifas de produtos importados decretado em 1844.

O primeiro Código Comercial pretendia, desse modo, a regulamentação das atividades e da organização das empresas, principalmente às ligadas ao comércio marítimo, de modo que impedisse o tráfico ilegal. Graças à proibição e agindo quase como um paliativo a redução de mão de obra, é também promulgada a Lei de Terras, que visava regulamentar a posse, o uso e a manutenção, de modo dificultasse aos estrangeiros imigrantes o acesso às terras através na forma de doações e ocupações. Assim, mobilizando-os para que vendessem sua força de trabalho aos latifundiários, da mesma maneira como serviu para comprometer a utilização da lavoura.

Seguindo a ordem de transformações, a Guarda Nacional foi outro tópico que passou por uma reforma, voltando a ser submetida ao governo central, quando o Ministério da Justiça se torna o responsável por nomear os postos oficiais. Isso se configurou em uma importante moeda de troca política, por se valer muitas vezes do interesse por símbolos de *status* por parte dos proprietários, “os coronéis”, que, por muito tempo, se colocaram como

controladores políticos. Segundo José Murilo de Carvalho (2012, p. 102), a renovação da Guarda fora o último passo do processo de centralização iniciado em 1837, com o regresso conservador ao poder.

Não obstante, as lutas partidárias por poder político também foram significativas ao longo do Segundo Reinado. Ao falar sobre a prática do liberalismo no Brasil, Costa (1999, p. 161) aponta que “até as últimas décadas do Império, a luta política era pouco mais que uma luta pelo poder entre facções”. Quando certo partido assumia o poder, suas críticas à agenda adversária eram contornadas, algumas vezes eram absorvidas e, poucas vezes, realmente transformadas. Muitas vezes, era fácil confundir a real posição política de Liberais e Conservadores.

De acordo com José Murilo de Carvalho (2012, p. 95), o Partido Conservador surgia dos antigos ‘restauracionistas’ do governo imperial que também apoiavam a centralização e o novo governo durante o regresso e fim do período da Regência. Parte dos moderados se reuniu em torno do Partido Liberal.

Os conservadores, comumente, eram proprietários de terra e escravos, geralmente das províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, cuja fonte de renda estava voltada à agricultura exportadora, e defendiam um governo central forte e eram de certa forma, contrários a mudanças bruscas.

Os liberais, por sua vez, eram a favor da descentralização política e administrativa, eram também proprietários rurais, no entanto, mais voltados ao mercado interno, e alguns profissionais liberais urbanos, e se concentravam em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Entre 1853 e 1862, o projeto conhecido como Conciliação partidária serviu para equilibrar as forças políticas dos partidos nos cargos do governo. Segundo Carvalho (2012, p. 103), esse projeto resulta no fortalecimento dos liberais. A partir daí surgiu um novo partido (o Progressista), reunindo liberais moderados e conservadores cismáticos, marcando um período de grande efervescência política que culminou na ascensão dos liberais ao poder.

Desde as revoltas que aconteceram ainda durante o período regencial, os ideais federalistas já ascendiam contrários à centralização exacerbada proposta pelo Império. No entanto, é com a expansão da produção cafeeira para o Oeste Paulista que a questão

econômica se torna ainda mais propícia. Quando outros acontecimentos também foram progressivamente aglutinando as problemáticas e necessidades que surgiam, a Guerra do Paraguai e a Abolição tiveram importantes papéis no instigar do republicanismo.

Em 1864, o Império brasileiro se envolveu em uma guerra de grande escala para a América do Sul. Um conflito bélico contra o Paraguai especificamente, mas cujo envolvimento se estende ao Uruguai e à Argentina, através da criação de uma Tríplice Aliança. Esse conflito se prolongou por pouco mais do que cinco anos, muito mais do que se podia prever dado o isolamento do Paraguai. E dado aos percalços da política interior na Argentina e no Uruguai, nos quais os presidentes precisaram abandonar a guerra, sobrou para o Brasil arcar com os custos, tanto de caráter humano, quanto de recursos.

Ao final do confronto, os custos assombraram a vida financeira do Brasil, pois, em concordância com Carvalho (2012, p. 106), “o governo se viu forçado a aumentar impostos, emitir moeda e contratar empréstimos internos e externos”. Petrone (1975, p. 35), inclusive, apontou que, mesmo com a vitória na Guerra do Paraguai, a pobreza do país derrotado nada ajudou a reaver os gastos. O período de seca no Nordeste em 1877-1880 e a crise econômica acontecida na Europa e nos Estados Unidos, em 1873, que reverberaram aqui em 1875, foram os aglutinadores da própria *crise financeira*, principalmente porque a Monarquia brasileira não organizara um sistema financeiro que conseguisse lidar com esses problemas, visto que as instituições não estavam suficientemente aparelhadas.

Além da questão financeira, a guerra também acarretou problemas políticos, especialmente, quando o Imperador preocupado com a questão bélica, resolveu aliar gabinete e comando militar, que até aquele momento estava sob o comando dos liberais, mais exatamente sob o domínio de Zacarias de Góes, enquanto a chefia militar estava nas mãos do marquês de Caxias, um conservador. A destituição ocorrida em 1868 e toda instabilidade causada, principalmente por ser reconhecida como ‘golpe’ pela parcela liberal. Para historiadores como Carvalho (2012) e Oliveira Vianna (2004), foi o estopim para radicalização política, que culminaria na criação do Partido Republicano e na desestruturação da monarquia, respectivamente.

Ademais as problemáticas já citadas, o conflito bélico também foi responsável por ampliar certo desconforto com a questão escravista, visto que durante a guerra o baixo contingente de militares e a relutância da população quanto ao alistamento, passado a euforia

patriótica do início, exigiu do governo imperial a alternativa da libertação de escravizados para lutar. A existência de negros escravizados e libertos entre as tropas trouxeram a luz para muitos da existência problemática da escravidão no país.

Sidney Chalhoub (2012, p. 72) apontou, inclusive, que a imagem do país ficara prejudicada por isso:

A experiência da Guerra do Paraguai fora decisiva em vários aspectos. Além da presença de contingente significativo de libertos nas tropas, lutando pelo país que ainda escravizava parentes e amigos seus, a diplomacia brasileira, na figura do visconde do Rio Branco, alegava que os vizinhos do Prata tinham ‘uma falsa apreciação sobre o Brasil em consequência do estado servil’

Apesar do desconforto gerado por essa questão, a escravidão só termina propriamente dito, em 1888, depois dos conservadores ignorarem o assunto em 1868, sendo retomado depois por liberais e radicais. Mesmo que em 1871 tenha sido assinada a Lei do Ventre Livre pelo Gabinete Conservador de Rio Branco, contando com apoio do Imperador.

Era natural, no entanto, que com a Lei do fim do Tráfico e a do Ventre Livre, nem chegassem, nem nascessem escravizados no Brasil. Desse modo, o sistema servil caminhava aos poucos para seu encerramento. Isso, contudo, não significou que as leis foram bem recebidas pelas elites econômicas que dependiam dessa mão de obra. Pelo contrário, desde 1871, estas passam a se sentirem traídas pelo envolvimento do Imperador com a promulgação da lei. E na última década da monarquia, quando a luta abolicionista ganhou ainda mais força, é importante ressaltar que coexistiu atrelada ao movimento republicano, principalmente no período propagandístico.

Entre os inúmeros acontecimentos supracitados, é também no período das décadas de 70 e 80 que o Exército se indispondo com a falta de prestígio enquanto órgão do governo, passa a se propor como força protetora e cidadã, acompanhados de um espírito corporativista entre os oficiais. Os militares passam, portanto, a se interessar mais pelo campo político, defendendo ideologias e se dispondo a serem mediadores da modernização através da mudança de regimes.

Por fim, Santa Rosa (2014, p. 133) resume a situação do Império após 1888, apontando a Abolição como um dos últimos fatores a desestruturar a monarquia:

Após a Abolição, a base social do governo imperial se desfaz. Uma base, em sua grande maioria, composta por grandes proprietários rurais que, por sua vez, contavam com o trabalho intenso dos cativos para ostentar a fortuna e prestígio na sociedade. Apesar do trabalho escravo já vir sendo substituído por mão de obra dos imigrantes em algumas regiões, havia ainda muitos escravos nas áreas produtoras. Diante de tantas pressões – o descontentamento do exército, a ação do Partido Republicano atacando diretamente à monarquia, a abolição dos escravos, a pressão de alguns setores da sociedade querendo mais participação na política –, o governo imperial ficava na defensiva e um enorme abismo se criou entre o Império, o Exército e os grandes proprietários que compunham a elite política provincial.

Não nos coube aqui sopesar a importância de cada fase, ou cada ação do processo de desestruturação da monarquia, mas entender como o conjunto de ações contribuiu na aglutinação de pessoas dadas suas insatisfações semelhantes com o governo imperial, até o momento que um dos grupos assume o risco e age para destituir o regime.

1.1. OS PROJETOS DE REPÚBLICA

Ainda que as primeiras aparências desenvolvessem certa similaridade acerca do mesmo “fim”, cada um dos grupos republicanos brasileiros tinha seus próprios meios, moldes para instaurar a modernidade no país. Tendo em comum somente o anseio pela República, os insatisfeitos encontravam nas necessidades das próprias camadas o modo de reunirem-se em torno dos seus próximos, arquitetando suas próprias soluções para fazer do Brasil uma nação. Não obstante, grupos diferentes possuíam modelos diferentes e ideologias próprias adaptadas para legitimá-los.

Retomando Emília Viotti da Costa (1999, p. 489), o movimento republicano foi o resultado da consolidação e união momentânea de três forças: uma parte do Exército, os proprietários de terra da economia ascendente do Oeste Paulista, e uma parcela composta pela população urbana de classe média, que se valeram, ainda que indiretamente, da perda recorrente de prestígio da Monarquia, tanto quanto do enfraquecimento das oligarquias tradicionais do açúcar.

De acordo com José Murilo de Carvalho (2017, p. 23-30), existiram no Brasil pelo menos três modelos de República, cada um deles defendido pelos grupos que se mobilizaram para construir uma ideia de nação. O projeto positivista era sustentado pela parcela militar, o

projeto jacobino apadrinhado por intelectuais e setores da classe média urbana e, por fim, o projeto liberal/federalista defendido pelos proprietários rurais do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo, mas, principalmente, pelos paulistas.

Quanto à parcela militar republicana, conhecida como “mocidade militar” fora um grupo formado por escalões mais baixos na hierarquia do Exército, em sua maioria jovens, professores, estudantes e/ou recém-egressos da Escola da Praia Vermelha, ou a Escola Superior de Guerra. Segundo Celso Castro (2000), seu republicanismo era proveniente tanto da cultura cientificista intrínseca ao século XIX, e particularmente presente no ensino técnico das escolas militares. Quanto à valorização simbólica da aptidão pessoal. É muito provavelmente pela relação com a cultura cientificista e o culto à ciência difundido no século XIX, que essa “mocidade militar” se envolve com a ideologia positivista de Comte, cujo arsenal teórico explicativo do mundo acompanhava suas insatisfações. Por exemplo, a relação entre Estado e Igreja, e a Monarquia como fase a ser superada pelo *progresso*, alimentavam uma visão de república ditatorial, social e virtuosa.

O projeto positivista que encantou os militares, que, segundo Carvalho (2017, p. 29-30), propunha uma ideia de ditadura republicana, com apelo a um Executivo forte e intervencionista, bem como a incorporação da camada proletária à sociedade moderna. Reverberando essa base ideológica estava o pós Guerra do Paraguai, cuja vitória insurgiu, no Exército, a ânsia por representatividade política, desejos por reconhecimento e prestígio quanto órgão do governo. É a popularmente conhecida Questão Militar, momento de tensão, nos quais as atitudes de “censura” da opinião política de dois oficiais aumentam nos militares a sensação de marginalidade e desvalorização. Por sua vez, aumentando a distância entre a monarquia e o exército.

Segundo Milene Ribas da Costa (2006, p. 27), as transformações sociais, estimuladas pela agenda modernizadora do Gabinete de Rio Branco (1871-75), acarretaram novas demandas políticas e econômicas que as acompanhassem. As recém-surgidas camadas médias urbanas reivindicavam mais ofertas de emprego, a região econômica do Oeste Paulista cobrava investimentos condizentes com as contribuições fiscais, além da recorrente reclamação quanto ao cerceamento pela administração imperial que dificultava e limitava a livre iniciativa, e a indústria ainda incipiente necessitava políticas de fortalecimento e viabilização no país.

À camada de proprietários, que compunha o Oeste Paulista, cabia o poder econômico em crescimento, enquanto aos proprietários do Vale do Paraíba, cabia o poder político ligado aos setores tradicionais, este que dado ao seu próprio enfraquecimento dependia e mantinha apoio ao governo imperial. Diferenças que facilitaram a imersão em ideais republicanos, bem como o surgimento de um Partido Republicano de maior organização e destaque no Brasil, cujos propagandistas tiveram um número bastante considerável entre 1870 e, finalmente, a Proclamação, no caso do primeiro.

De acordo com Carvalho (2017, p. 25-27), essa camada acreditava no modelo liberal americano de República, na organização do poder, especialmente no federalismo como solução para as problemáticas impostas pela monarquia brasileira. O interesse pode-se dizer, partia do princípio do controle econômico, da maior representatividade política conforme seu status de província em crescimento. Mais do que isso, se fazia imprescindível para esse grupo um governo que estivesse alinhado aos seus interesses.

Quanto ao grupo composto por setores da população urbana: pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes, mais “fraco” em influência e força se comparado aos outros, o Império interferia no que dizia respeito a oportunidades de trabalho. Segundo Carvalho, isso acontecia mais pela visão refém das ideias republicanas defendidas pelo grupo do que da Monarquia, isso pois tendia a projetar os vícios do Antigo Regime francês no regime brasileiro, ainda que tivessem muito pouco em comum.

Via-se no Império brasileiro, por exemplo, o atraso, o privilégio, a corrupção, quando o imperador era dos maiores promotores da arte e da ciência, quando a nobreza era apenas nominal e não hereditária, quando o índice de moralidade pública era talvez o mais alto da história independente do Brasil (CARVALHO, 2017, p 27).

Era de se esperar que o ideal de República dessa camada fosse justamente baseado no jacobinismo francês e adaptado às realidades do Brasil, onde os ideais de liberdade, igualdade e participação popular na Primeira República francesa inflamavam a radicalização em busca de uma República também conquistada com sangue e revolução, onde o povo estivesse em conformidade e em ação. No entanto, não se fazia muito plausível como aponta José Murilo de Carvalho (2017, p. 27-28), nem muito operacionalizada, quando não se definia de quem se tratava esse *povo*, ficando, portanto, muitas vezes em níveis de abstrações.

Assim,

A propaganda era o único meio de contestação para aqueles que não tinham participação política, isto é, que não detinham do direito à palavra. Os republicanos entendiam a República como o resultado natural da “evolução política”, então a propaganda empreendida era, possivelmente, uma tentativa de justificar o governo que almejavam instaurar, sendo também o único veículo para conduzir ao progresso. (OLIVEIRA, 2012, p. 2-7 *apud* SANTOS, C. 2017, p, 51)

De todo modo, a forma encontrada para tornar mais claros os apelos pela República e legitimar os projetos dos grupos em posições de pouco poder político, foi a propaganda ideológica, cuja

Função é a de formar a maior parte das ideias e convicções dos indivíduos e, com isso, orientar todo o seu comportamento social. As mensagens apresentam uma versão da realidade a partir da qual se propõe a necessidade de manter a sociedade nas condições em que se encontra ou de transformá-la em sua estrutura econômica, regime político ou sistema cultural. (GARCIA, 1992, p. 7)

Destarte, cada setor se envolveu com as influências que envolviam a maioria dos eventos pelo mundo, e, por meio das ideologias abraçadas do exterior, mas modificadas ao seu próprio projeto e pela interpretação dessas, pretendia se legitimar. Quando a República é finalmente proclamada, se inicia um embate político-ideológico sobre memória, representações e simbolismos para criar no imaginário do povo *que assistirá a tudo bestializado* e que ainda apoiava a figura paternal do Imperador, o apelo necessário para consolidar o novo regime. Não obstante, até hoje na historiografia republicana existam debates em torno da importância dessas camadas, haja discordância em relação ao papel de cada um e novas questões a serem destrinchadas a respeito desse período emblemático na política brasileira.

2. O DECLÍNIO DO IMPÉRIO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

Em função de abordar as nuances da participação das ‘grandes’ províncias na instauração da República, muitas vezes deixa-se de lado o que as ‘pequenas’ têm a agregar à historiografia. No entanto, partindo do pressuposto de que

A História é o estudo do Homem no Tempo e no Espaço. As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constituir-se-á em espaço social. (BARROS, 2006; p. 462)

Convém apontar que ignorando, muitas vezes, a insatisfação das “pequenas” províncias com o Império, perde-se no recorte espacial e social, as múltiplas propriedades do movimento republicano no Brasil, cujos sentimentos de abandono e patriotismo levaram grupos a se espelharem nos movimentos republicanos de maior expressão e a cunharem os seus próprios.

Reconhecendo a necessidade desse espaço geográfico e social na construção da História, faz-se imprescindível voltar a análise para o local ante as grandes províncias, já tão incessantemente abordadas na historiografia da república. Obviamente, não ignorando o peso considerável no suporte do governo imperial que as províncias de maior expressão econômica, política, militar ou social, possuíam, e como suas ações e insatisfações reverberaram na queda de um regime, mas propondo acrescentar uma visão regional com o desenvolver deste trabalho.

Embora somente em São Paulo tenha existido um partido republicano com organização e real capacidade eleitoral, o Manifesto publicado em 1870 serviu como documento base de cunho propagandístico, o que culminou, mesmo em menor número, na adesão de outras províncias ao republicanismo. No fim, através do uso da imprensa, livros, panfletos e das conferências públicas, a propaganda foi a grande arma utilizada para difundir os ideais de um novo regime, bem como para legitimá-lo (CARVALHO, 2011, p. 142).

Não obstante, no pequeno estado de Sergipe, também chega a propaganda, a imprensa vinculada a criação de clubes, bem como a inspiração dos ideais de liberdade e democracia,

que se levanta nos últimos anos do Império, principalmente pela ação de intelectuais ligados a Faculdade de Medicina da Bahia e a Faculdade de Direito de Recife, disseminando as teorias ideológicas em voga na época, inclusive o republicanismo.

Ao estudarmos o embate acerca do declínio da monarquia, percebemos o caráter testemunhal de duas obras importantes para entender a movimentação republicana na historiografia de Sergipe. Produzidas pouco depois da proclamação, por correligionários do movimento, que podemos atribuir sua base na memória

Como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passada. (LE GOFF, 2013, p. 387)

Esse é o caso do professor Baltazar de Araújo Góes com “*A República em Sergipe: Apontamentos para a História, 1870-1889 (1891)*” e não deixa de estar relativamente ligado ao caso de Manoel Curvello de Mendonça, com o livro “*Sergipe Republicano: Estudo crítico e histórico (1896)*”.

Conforme o historiador Itamar Freitas (2004, p. 32), eles

Tematizam o presente imediato e discutem sobre os lugares da crônica e da história – sobre os lugares do cronista e do historiador. Seus autores, respectivamente, Balthazar Góis e Manuel Curvelo de Mendonça, apresentam diferentes visões sobre a chegada da República. A disputa, porém, não se resume aos conflitos de memória desses dois ativistas da propaganda, tampouco às teses sobre a recepção ao movimento republicano. São também um debate acerca do modo de se escrever a história: entre a justaposição de biografias e o exame das ideias em suas origens, causas e consequências.

Baltazar Góes, em sua obra com característica de síntese de apontamentos, não pretendia escrever a História, o que assume logo de princípio, mas facilitar a escrita da movimentação contrária ao governo imperial em Sergipe, da qual foi participante ativo. Constando no livro o desenvolver do período de propaganda acirrada até os primeiros desenrolares após proclamação, o autor reúne fontes documentais, como as atas de reunião do Clube Republicano, ofícios, relatórios e correspondências, bem como os depoimentos e breves biografias daqueles que estiveram também em comunhão do republicanismo sergipano.

Manoel Curvello, por sua vez, não só pretende escrever História como dar seu próprio parecer dos fatos durante os primeiros anos da República. Prontifica-se, então, a corrigir falhas no trabalho de Góes em relação à pesquisa historiográfica, dialogando com o mesmo e com outro importante companheiro do clube, o historiador Felisbello Freire.

Ressaltando o caráter biográfico do livro e da configuração como esboço, o autor critica o enfoque dado somente à última fase da propaganda republicana, com o destaque dado ao governo provisório e a fatos já conhecidos sem muita importância histórica. Propõe, portanto, reparar, em sua obra, as deficiências anteriores.

Além disso, Curvello aprofunda-se mais em algumas discussões, levantando questões a respeito da origem do brasileiro, a emigração de sergipanos para as províncias maiores e questões mais voltadas ao social. Desse modo, não se pode ignorar os esforços para atribuir caráter histórico à obra.

É a escrita da história produzida a partir da perspectiva de um intelectual egresso da família proprietária decadente, que segue de perto a tarefa inaugurada por Felisbello Freire, de flagrar regularidades e tornar científica a história, fazendo desse saber um instrumento auxiliar na tarefa de refinar os costumes, de civilizar a nação. (FREITAS, 2004, p. 130)

Para Góes (1891, p. 23), a monarquia era um infortúnio imposto, “sempre tolerada, nunca aceita”, mas que, somente, após 1870, o ardor republicano começa a se unir para expulsá-la do Brasil. Sobre Sergipe, o autor afirma que uma grande parte dos sergipanos aspirava pelo novo formato de governo, motivados principalmente pela falta de favores do governo imperial à pequena província. No entanto, essa parcela se compunha por pessoas com “opinião mais educada” (GÓES, 1891, p. 24), enquanto a ignorância, especialmente das elites políticas, se mantinha sob o véu do empreguismo e de outras vantagens em preferência ao desenvolvimento desta terra.

Essa deficiência, entretanto, foi a desgraça e a ventura do movimento republicano local. Por conta da incúria educacional, a propaganda foi retardada e, certamente, a semente custou a brotar. Mas, bastaram as intempéries climáticas, o não pagamento das indenizações pela abolição dos escravos e a “falta de melhoramentos” no setor agrícola para que os grandes proprietários sentissem “no estômago” os efeitos da gestão monárquica e resolvessem “expeli-la”, como a “um corpo estranho”. (FREITAS, 2004, p. 123)

Não obstante, compreendendo-se a dificuldade em relação ao acesso à educação, o movimento republicano local se viu interligado à necessidade de educar. Vide isso a criação do Clube Democrático, em 1887, por Baltazar Góes, cuja função era manter uma biblioteca, aulas para adultos e uma tribuna para conferências públicas, ou o Liceu Laranjeirense criado em 1883, mas que serviu como “forja onde se temperavam e fortificavam as inteligências dos cidadãos do futuro” (GÓES, 1891, p. 17). Mas também para enfraquecer as investidas da Guarda Negra, defensora da monarquia (OLIVA, 1985, p. 57).

Fora essas instituições, os próprios periódicos, fundados pelos republicanos sergipanos, tiveram esse caráter de disseminação de temas científicos e humanitários, servindo para instrução e preparação para um novo regime. Como salienta Góes, os discursos de Felisbello Freire em coluna do jornal, *O Horizonte*, “Alenta-nos a esperança que a difusão da instrução nas massas populares há de produzir uma regeneração político-social. Por certo, este estado de coisas não se perpetuará” (FREIRE *apud* GOÉS, 1891, p. 49).

Góes (1891, p. 14-15), resignado a abordar a questão da República, a partir da conceituação de “primitivos” para os personagens que adotaram posição contrária à monarquia anterior ao treze de maio de 1888, “oportunistas” para aqueles que seguiram após a abolição e acirramento da propaganda e os “consumatistas” pós-proclamação, levantava a tese de que alguns poucos cidadãos sergipanos se rebelaram contra a monarquia e a política estadual a partir do manifesto de 1870, mas que até o decreto da abolição, o movimento levava uma vida muito teórica (GÓES, 1891, p. 29).

Curvello, corrigindo-o, remete às origens do pensamento republicano no estado a revoltas acontecidas em 1817, mas principalmente em 1824, quando à revolta separatista de Pernambuco incitou movimentos nas cidades de Japarutuba, Estância e Brejo Grande.

No ardor de sua nobre campanha, os pernambucanos tinham concebido o plano de alastrar por todo o Brasil a propaganda das idéias democráticas. Para esse fim enviaram emissários a diversas províncias, chegando alguns deles até Sergipe, segundo afirma o dr. Felisbello Freire....Uma verdadeira propaganda republicana fez-se por essa época em todo Sergipe, angariando a adesão de espíritos ilustres e despertando o nosso povo de então no sentido de uma aspiração liberal, que viesse minorar a situação precária da vida política e social da província nos annos que se seguiram à sua emancipação (CURVELLO, 1896, p. 86).

Todavia, a afirmação de Curvello apoiada em Freire, recentemente vem sendo contestada, por seu caráter reduzido e disperso entre os municípios, não constituindo um

grupo de destaque, o que nos leva a acreditar que é a partir de 1880 que o republicanismo ganha mais força em Sergipe, pois

Quando ocorreu a Confederação do Equador, em 1824, que começou em Pernambuco e ganhou o apoio de outras províncias do Norte, Sergipe não aderiu ao movimento, mas houve apoio particular por pessoas isoladas. Pelos registros os apoiadores estavam em Japarutuba, Brejo Grande e Estância (ANTÔNIO *apud* SANTOS, C. 2021, p. 33).

De todo modo, é em Laranjeiras que se desenvolveu o maior núcleo do movimento republicano, inclusive onde surge o clube mais regular² entre as tentativas das outras cidades, devido à característica local de efervescência econômica e social. O município se destacava devido sua posição no vale do Cotinguiba, zona onde a produção açucareira melhor se desenvolve.

Conforme o historiador Ibarê Dantas explica, Laranjeiras era:

Um dos principais centros culturais da província na década de 1880. Situada em plena região açucareira do território sergipano, dispunha de uma vida urbana como nenhuma outra cidade de Sergipe. Contando com três jornais, teatros, colégios e clubes influenciados pela cultura européia, especialmente a francesa, constituía-se no principal foco da inquietação intelectual da elite vinculada à produção açucareira. Com porto fluvial de escoamento de açúcar, mantinha um fluxo de comunicações com o exterior que lhe estimulava uma abertura ao pluralismo ideológico (1989, p 18).

A cidade nascida e nomeada de acordo com as plantas do mesmo nome³, continha características bastante propícias para torná-la um polo importante para socialização entre intelectuais e por sua vez um espaço importante para o debate político. O solo fértil de massapé, constantemente umedecido pelos rios que lá cortavam, permitiu o desenvolvimento de uma área de destaque na produção açucareira, que por sua vez, constituiu em boa parte da riqueza do município (FREIRE, L. 1896, p. 67-68).

² Segundo Góes, “os demais republicanos, de Aracaju, Itaporanga e Propriá, não formavam clube, pois nem ao menos constituíram suas diretorias”. (1891, p. 75)

³ Segundo Laudelino Freire no livro **Quadro Chorographico de Sergipe**, a tradição narra que à margem esquerda do rio Cotinguiba existia uma laranjeira, onde se fizeram habitar e montaram um porto de embarque os ‘primitivos’ colonizadores, ficando assim nomeado Porto de Laranjeiras, posteriormente se tornando uma vila e cidade com mesma nomenclatura. (1896, p 67)

O porto, que facilitava o escoamento de produtos, também serviu a evolução de um comércio. A existência de uma imprensa florescente, uma crescente criação de instituições de ensino e uma vida cultural bastante agitada.

Cultiva-se também em alta escala o algodão, mamona e cereais. A exportação animal do município é uma das maiores de todo o Estado. Possui 38 engenhos de fabricação desse gênero, dos quais 25 são movidos a vapor, 8 por tração animal e 5 a água. A principal indústria é a da aguardente, para cujo fabrico tem 9 alambiques bem montados, que exportam cerca de 2,000 pipas por ano (...) A instrução publica é dada em 14 escolas primarias, 2 para o sexo masculino, 3 para o femenino e 9 mixtas. Existem colégios e outras escolas particulares. (FREIRE, L. 1896, p. 68)

Certamente, por consequência desses atrativos, se deu o estabelecimento de médicos, advogados, professores e demais profissionais liberais que viam naquele centro urbanizado uma boa oportunidade de firmar seus negócios. Terezinha Oliva (1985, p. 55) aponta que se fixa nesta cidade em 1876, o médico baiano Domingos Guedes Cabral, após escandalizar a congregação da Faculdade de Medicina da Bahia, com a sua tese *Funções do Cérebro*, de teor materialista. Seu estabelecimento implicou, de acordo com alguns estudiosos como Balthazar Góes (1891), na disseminação de ideias novas. Incluída uma relativa diversidade de culto, onde unindo-se ao catolicismo e a prática de ritos de religiões de matriz africana, surge em 1880 a primeira igreja protestante do Estado (DANTAS, 1989, p. 18-19). Após Cabral, o médico Felisbelo Firmo de Oliveira Freire se destacou como uma espécie de mentor na propagação dos ideais disseminados nas faculdades da Bahia e Recife, e, principalmente, na luta republicana, influenciado por Tobias Barreto.

Diante desse ambiente propício a emergência de personagens, Lourival Santana Santos (2003, p. 43) aponta como a formação de uma “classe média intelectualizada propagadora de novas ideias e ávida de inovações”. Mais tarde, quanto ao Clube Republicano de Laranjeiras, é interessante ressaltar a afirmação do também historiador, Ibarê Dantas (1989, p. 19) sobre a composição do grupo: “a maioria era composta por profissionais liberais que, embora denotando vinculações com a classe dominante, nem por isso deixavam de exprimir anseios próprios das camadas médias urbanas”.

Ao ponto que apesar de sua posição econômica, talvez não devam deixar de ser vistos também como parte de uma elite acadêmica/ intelectual⁴ que está se formando,

⁴ Veremos mais sobre essa elite no próximo capítulo.

principalmente quando posto em comparação com uma grande maioria que não possui acesso à educação.

Por sua vez, Mallu Ticiane Conceição dos Santos (2021, p. 33-34) afirma “costuma-se dizer que o movimento republicano na referida província, a exemplo do que ocorreu no Brasil, foi integrado por parte da elite econômica e da elite intelectual”. Principalmente depois que os republicanos históricos se viram firmando laços com o patronato rural em busca de apoio, visando que o poder aquisitivo e prestígio dessa camada pressionassem mais as mudanças necessárias.

Terezinha Oliva (1985, p. 59) explica que

Suportando desde pelo menos duas décadas atrás a violenta crise do açúcar e reclamando por braços para uma agricultura paulatinamente abandonada pelo escravo, fosse pelos canais de tráfico interno, fosse pelo decréscimo natural de uma força de trabalho não realimentada, não foi difícil conseguir adesões nesta classe.

Malgrado a particularidade da relação com a produção açucareira em Laranjeiras, não se impede que lá se forme uma campanha abolicionista de considerada relevância, incitada primeiramente pelo periódico “*O Horizonte*” criado em 1884, sendo propriedade de Joaquim Anastácio de Menezes, que revelou um grupo de jovens interessados em difundir as *novas ideias*, estando entre eles Felisbello Freire, Josino Odorico de Menezes (filho de Joaquim) e Balthazar Góes.

Segundo Terezinha Oliva (1985, p. 55-56), a vida relativamente curta do periódico de viés abolicionista se deu pela frequente devolução do mesmo, sendo então substituído e repaginado pelo *Laranjeirense*, fundado por Josino Odorico de Menezes, em 1887⁵, cuja orientação filosófica e artigos tinham como objetivo explicar e difundir de maneira didática as ideias da época, por onde também passa a ser desfraldada a campanha republicana.

Na fase mais ativa do movimento abolicionista, quase todos os mais ilustres nomes da Província residiam e atuavam em Laranjeiras, através da imprensa ou de conferências e reunião de caráter público, numa febre de prosélitos que não se acabaria uma vez conseguido o objetivo inicial, porque então a bandeira do republicanismo já congregava o mesmo grupo. (OLIVA, 1985, p. 55)

⁵ No mesmo ano é também fundado o Clube Democrático por Balthazar Góes. Organização de cunho educacional para disseminar as ideologias da época. (GÓES, 1891, p 17-18)

Em 18 de outubro de 1888 é publicado um dos primeiros atos do Clube Republicano de Laranjeiras, através de um manifesto anunciado no jornal *O Laranjeirense*, marcando o rompimento com a política imperial, através do partido Liberal e Conservador, ressaltando a adesão ao Partido Republicano Federal e incitando a população para que se fizesse presente no dia 01 de novembro para discutir a criação e organização do referido clube. (DOCUMENTO nº 3, 01 de novembro de 1888)⁶.

No décimo primeiro dia do mesmo mês é lançado o primeiro número do periódico substituto de *O Laranjeirense*, *O Republicano*, “voltado sobretudo a função de combater a imprensa liberal da província”, que teve contribuições de Sílvio Romero, Fausto Cardoso, João Ribeiro e Martins Júnior, além de ser redigido por Josino Menezes, Balthazar Góes, José Maria Moreira Guimarães e outros ex-alunos da escola militar. Também contando com transcrições de artigos de autoria dos pensadores republicanos da propaganda, como Silva Jardim e Alberto Sales (OLIVA, 1985, p. 56-57).

Enquanto os republicanos se moviam em torno dos jornais de mesma orientação política as críticas e expectativas para um novo regime, segundo Mallu Ticiane Conceição Santos (2021, p. 51-54), os monarquistas, especialmente os ligados ao Partido Liberal, através da gazeta “*A Reforma*” redigida por Gumersindo Bessa, expunham sua preocupação com a doença do Imperador, os rumos do trono brasileiro ao ir parar nas mãos da princesa herdeira, bem como atacavam os republicanos e conservadores visando manchar a imagem de ambos.

Uma propaganda tenaz, indefesa, entusiasta lá está desarraigando da consciência do povo a fé nas instituições juradas, e, espalhando profusamente nos corações ingênuos a semente do sentimento republicano. (...) ganhando os aplausos da turba mula indouta. Quem guarda a arca santa das nossas instituições, das sagradas e invioláveis instituições, que não levanta altiloquente o brado de alerta contra a falange destemida dos que ameaçam assaltá-la? Será crível que a pusilanimidade ou a traição tenha grudado os lábios dos que tem por timbre e por missão defender a monarquia? (...) Ponde em paralelo o real monárquico e o ideal republicano; analise o conteúdo das duas formas políticas do Estado e notai em suma as diferenças essenciais deste e daquele. Não tenhais receio: o povo concluirá em favor da Monarquia (A REFORMA, 30 de setembro de 1888 *apud* SANTOS, C. 2021, p. 51)

Levanta-se ainda um tópico importante quanto às insatisfações e os fatores impulsionadores à adesão do projeto republicano, a questão abolicionista. Segundo Ibarê

⁶ Cf. **O MOVIMENTO REPUBLICANO EM SERGIPE** (Documentos para sua História). Pesquisa do Arquivo Público do Estado de Sergipe, Aracaju, 1980. ou GÓES, 1891, p. 181-183.

Dantas, no livro *Partidos Políticos de Sergipe* (1989, p. 20), nessa província existiam cerca de 990 engenhos, nos quais a mão de obra escravizada era ainda considerável, de acordo com o levantamento oficial de 1887, registrado a existência de 16.888 escravizados, desses 8.153 homens e 8.735 mulheres.

Góes (1891, p. 66) apontava a inclinação dos proprietários da lavoura após o treze de maio quando a abolição acentua o descaso do governo para com aquele setor. Já Curvelo (1896, p. 51-62), por sua vez, alegava a recorrente aceitação da campanha abolicionista anterior à abolição, pois mesmo que os fazendeiros sergipanos estivessem preocupados com a crise de produção com a perda da mão de obra escravizada, estavam cientes da necessidade da transformação no regime de trabalho. Muitos já adiantando a libertação de seus escravizados e dialogando a respeito do uso de mão de obra livre.

A despeito do descaso imperial mais uma vez pungente, segundo o autor, ao não incentivar a imigração de trabalhadores, ou desenvolvimento de qualquer ação de organização, a Lei Áurea fora festejada e acolhida em Sergipe como um novo passo para o progresso do país, não desvinculada da questão republicana. Cabe, contudo, levar em consideração que o próprio Curvelo estava ligado por laços consanguíneos à plantação de cana e produção de açúcar na província e mais uma vez falava daquilo o qual testemunhava próximo a si.

Visto os impasses e realidades no surgimento de uma manifestação republicana em Sergipe. É de se observar que assim como nas grandes províncias à medida que Império começa a declinar e perder força, prestígio e sentido, também aqui isso acontece. Além da questão abolicionista, Felisbela Freire (1894, p. 77) explicita como mais uma prova da incapacidade do governo monárquico que não soube se preparar frente à reforma, havia também a insatisfação com as instituições e o próprio governo. O sentimento de preterimento e abandono que culminaram tanto na propagação de novas teorias, quanto na adesão aos clubes e assinatura de periódicos.

O governo da monarquia abandonou-o, esqueceu-o completamente nas mãos de presidentes que se coligavam, conforme os interesses do partido dominante, com os chefes políticos locais, formando uma força onipotente e prepotente, diante da qual naufragavam os impulsos mais nobres do patriotismo sergipano. Nunca se procurou desenvolver os elementos de prosperidade pública da província. Uma indústria rotineira e por assim dizer empírica, limitada quasi unicamente à agricultura; um comércio de pequenas transações internas, asfixiado pela dependência das praças vizinhas, sem nenhuma comunicação direta com o estrangeiro, ou mesmo com a Capital do país;- eis o que tínhamos, isso mesmo

devido á iniciativa particular, abandonada sinão contrariada em seus estímulos de progresso pelo guante férreo dos delegados do governo imperial. (CURVELLO, 1896, p 14)

Outra questão que urge é o descontentamento com a maneira que a representação política era reduzida nesse estado e, por consequência, estava, econômica e estruturalmente, em desvantagem se comparado a outras províncias que gozavam de melhor posição política. Freire, em sua obra “História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil” (1894, p. 96-97), explicita

As diferenças da representação no parlamento importavam em diferenças na direcção suprema que essas províncias exerciam nos negócios, auferindo dessa posição de supremacia as vantagens dos favores do governo, de que fiavam privadas as pequenas províncias. Ao passo que Minas, S. Paulo, Bahia e Rio de Janeiro representavam-se na Câmara por grande número de deputados e de senadores, Parahyba, Rio Grande do Norte, Sergipe tinham apenas três a quatro deputados e dois senadores. O resultado disto foi a distribuição sem critério e profundamente injusta dos favores e auxílios às províncias, umas aquinhoadas com as concessões de viação férrea, de imigração, de estabelecimentos de crédito, etc., e outras lançadas fora do proteccionismo oficial.

Na segunda metade do século XIX, quando começa no país uma onda imigratória incentivada pela coroa, principalmente, para o sul para suprir o mercado livre de trabalho, em Sergipe além do incentivo não existir, segundo Curvello (1896, p. 27-32), ocorria o contrário. Portanto, ao investigar a emigração de sergipanos para outras províncias, o autor explicita ainda características que podem ser absorvidas como sintomáticas da visão e culpa atribuída a Monarquia. Desde os danos causados pelas secas, que apesar de não poderem ser evitados, poderiam ser moderados, remediados se houvesse preparo e eficiência por parte do governo imperial; até o “sistema eliminatório” das funções de um partido em detrimento da assunção ao poder do outro, o que por consequência cerceava aqueles intelectuais que habitavam as terras sergipanas e trabalhavam na administração pública.

Sendo assim, pode-se observar que as grandes insatisfações regionais estavam majoritariamente ligadas a uma atribuição de incapacidade do governo imperial, ineficiência, desleixo para com o progresso tanto da província quanto do país, e a descrença com as instituições políticas e representativas. No entanto, é preciso ressaltar que se trata, em muitos casos, da visão da República por republicanos assíduos, lidos pela historiografia como republicanos históricos por sua adesão anterior à Abolição.

Conforme aponta Emília Viotti da Costa (1999, p. 387), em geral,

Esposando uma ideia já enunciada no Manifesto Republicano de 1870, consideram a Monarquia uma anomalia na América, onde só existem repúblicas. Repetindo as críticas feitas durante o Império ao Poder Moderador, afirmam que as liberdades foram cerceadas com grande prejuízo para a nação. Apontam as deficiências de D. Pedro como estadista. Criticam a centralização excessiva do governo monárquico, a vitaliciedade do Senado, a fraude eleitoral que possibilita ao governo vencer sempre as eleições, e consideram a República a solução natural para os problemas. A proclamação da República na opinião desses testemunhos foi a concretização de uma aspiração popular levada a efeito por um grupo de homens idealistas e corajosos que conseguiram integrar o país nas tendências do século.

Faz-se imprescindível retomar que, sob a influência laranjeirense, outros clubes foram criados em Itaporanga e Aracaju, antecedendo a proclamação, o que possibilitou uma base estruturada para organização do Partido Republicano, que contou com o apoio do patronato rural, especialmente após o 13 de maio de 1888, e com a adesão de alguns militares. A heterogeneidade do movimento, fosse de origem, de ideais, ou de afiliação - históricos e adesistas⁷- o que antes parecia uma dádiva, pois acrescia no número daqueles que se interessavam pelo novo regime, com a instauração da República vem a tornar-se problemática. Urgia, portanto, que o Governo fosse um denominador comum entre as forças sociais atuantes - republicanos históricos, adesistas e militares que graças ao golpe ganham bastante prestígio na vitória -, considerando os elementos próprios (OLIVA, 1985, p. 59).

Após República ser instaurada em Sergipe, no dia 17 de novembro de 1889 sem maiores empecilhos, o Estado fica nas mãos do governo provisório de dois triunviratos formados por representantes dos três segmentos supracitados, até a chegada do primeiro governador, Felisbelo Firmo de Oliveira Freire. O primeiro foi formado por José de Siqueira Menezes e Major Antônio Diniz Dantas Melo e o coronel Antônio de Siqueira Horta (GÓES, 1891, p. 194-195), logo se dissolveu pela desistência de dois dos representantes. O segundo, composto pelo republicano Balthazar de Araújo Góes, o militar José de Siqueira Menezes e o proprietário Vicente Luís de Oliveira Ribeiro, permaneceu até a posse de Freire, em 13 de dezembro do mesmo ano.

Segundo Conceição Santos (2021, p. 37-39), após a proclamação, dar-se-á início um período repleto de conflito de interesses, no qual, os monarquistas Liberais e Conservadores

⁷ Termo cunhado para designar aqueles que aderiram ao movimento após o 15 de novembro de 1889, a quem Góes chama de “consumatistas”, partidários do fato consumado. Em contrapartida àqueles que se uniram à causa muito antes (1891, p. 14-15).

se organizaram nos recém-criados partidos, Nacional e Católico, para competirem contra os republicanos. Enquanto estes estavam se digladiando entre si, os “históricos”, com seu pouco tato de comando e exercício de poder, acabaram perdendo para os velhos políticos acostumados com o funcionamento do âmbito político e suas disputas.

Sobre isso, Oliva (1985, p. 64) aponta que o que

Marca o conturbado cenário político sergipano dos primeiros anos da república a luta pelo exercício de liderança. De um lado, enquanto lutam entre si as lideranças conservadoras pela preeminência, há um outro conflito, entre estas e Felisbello Freire, que persegue o sonho da conciliação das diversas tendências políticas, sob seu patrocínio. Por outro lado, um grupo que se pretende republicano puro, enquanto contesta a liderança de Felisbello Freire, sustenta contra os adesistas uma luta mais ampla visando controlar com exclusividade as posições de mando no Estado.

As delimitações que antes conceituaram "históricos" e adesistas ficaram cada vez mais turvas e a transição entre regimes pareceu nada mudar quanto à disputa de poder pelos mesmos políticos nos primeiros anos de República. Segundo Ibarê Dantas, “cada um querendo se sobressair em relação ao outro e, para isso, foi usada por ambas as partes muita violência, lembrando os meios autoritários de outrora, houve várias dissidências e reformulações de partidos políticos” (*Apud* SANTOS. C. 2021, p. 38).

Em suma, o cunho propagandístico das ideias republicanas que começaram a se proliferar, mais arduamente, a partir de 1887, com o periódico “*O Laranjeirense*”, posteriormente substituído pelo “*O Republicano*”, foi a arma adquirida pelos intelectuais sergipanos para combater os “males” da monarquia. No ano seguinte, encontraram no manifesto de 1888, na fundação do partido e na adesão de algumas outras cidades, a solidez do trabalho de um período que ainda não tinha acabado. Após proclamada a República, aqueles que a acolheram de bom grado desde que era apenas uma idealização para tempos melhores se viram em meio a uma disputa por poder com aqueles que se “aproveitaram” dos rumos que o país estava tomando, e aqueles que estiveram e queriam continuar em posições confortáveis de comando independente do regime. Assim, em Sergipe, terminava o período de idealização e projeto, e se iniciavam os anos republicanos de conflito.

3. O CLUBE REPUBLICANO DE LARANJEIRAS E A ELITE INTELECTUAL NA PROPAGANDA

Conforme anteriormente apresentado, em Sergipe os sentimentos de descaso e abandono, juntamente com a absorção das ideologias divulgadas nas Faculdades de Medicina da Bahia e a de Direito em Recife, culminaram no desenvolvimento de um movimento republicano apoiado por uma parcela de intelectuais, uma camada média urbana e proprietários de terra, manifestado por meio da propaganda.

Diante desse panorama, se insurge, no dia 18 de outubro de 1888, o Clube Republicano de Laranjeiras, considerado o de maior propulsão no movimento contrário à monarquia na província, principalmente por ter sido aquele no qual os participantes estiveram envolvidos em posições de poder no novo governo. Apesar disso, não foi o “primogênito”, tampouco o único, pois a movimentação nesta terra contaria antes com a existência do Clube Republicano de Estância, criado em 21 de agosto de 1887, composto por sete integrantes, mas que só teve uma reunião registrada. O de Itaporanga que teve a adesão de 48 pessoas, formado em novembro de 1888, sob influência do seu igual em Laranjeiras⁸. Em Aracaju, a associação contava somente com sete participantes (SANTOS, C. 2021, p. 30).

Lourival Santana Santos (2003, p 43) aponta que o movimento republicano em Sergipe pode ser contextualizado a partir de 1882, quando Felisbello Firmo de Oliveira Freire volta à província e se estabeleceu na cidade de Laranjeiras, tornando-se um verdadeiro líder e disseminador das *novas ideias*. Na região, o médico, considerado o primeiro historiador do Estado, deu início ao compromisso de propagar os ideais do republicanismo, através da publicação de artigos em periódicos.

De acordo com Balthazar Góes (1891, p. 65-66), a monarquia não possuía propagandistas senão a própria família imperial, pois, segundo ele, era da natureza do país ser republicano. Por isso, a propaganda se alastrava de tal modo, que refletiu também em Sergipe. Cabe, no entanto, lembrar que mesmo nas terras sergipanas existiram aqueles que defenderam e se preocuparam com os rumos da Monarquia através da militância nos periódicos e ataques ao movimento republicano e ao partido conservador, como o órgão liberal “*A Reforma*” (SANTOS, C. 2021, p. 50-56).

Desde 1884, a imprensa sergipana já se associava aos ideais republicanos através do “*O Horizonte*”, periódico com viés abolicionista, desenvolvido por Joaquim Anastácio de

⁸ Segundo artigo em periódico da época, Laranjeiras “levantou o brado e agora Itaporanga o ecoa.” (O REPUBLICANO, 19 de dezembro de 1888).

Meneses, Josino Meneses e Felisbello Freire. Apesar da vida efêmera, causada pelas frequentes devoluções, cumpriu parte de sua função da difusão inicial das ideias novas. Entretanto, segundo Góes (1891), é a partir da criação do “*O Laranjeirense*” em 1887, dirigido pelo mesmo grupo, se levantaram com mais ardor os contrários à forma de governo que conduzia o país. De acordo com Lourival Santos (2003, p. 46), contribuíram nele Sebastião Soledade, Leonídio Porto, Lima Júnior, Sílvio Romero, Moreira Guimarães, Manuel Curvelo e outros, inclusive sob pseudônimos. Porém, em 11 de novembro de 1888, este foi substituído pelo “*O Republicano*”, o órgão oficial do partido.

Na imprensa agitava-se com o maior ardor a propaganda abolicionista e nisto éramos auxiliados pelos honrados fazendeiros do recôncavo da cidade. Deste conjunto de circunstâncias nasceu o primeiro clube republicano e o primeiro manifesto da província, sob a direção do autor destas linhas. Organizado o primeiro clube em Laranjeiras com um órgão do partido, o movimento espalhou-se pela província, criando-se clubes em Itaporanga, Estância, Aracaju e Villa Nova. (FREIRE, 1894, p. 266)

Como visto, o grupo de republicanos sergipano foi bastante heterogêneo em sua composição, contendo tanto intelectuais frutos das faculdades brasileiras, e das escolas de ensino primário e secundário sergipanas, quanto comerciantes, militares e fazendeiros, que se uniram ao clamor ‘patriótico’ antes e depois da abolição. Em meio a isso, os prestigiosos Tobias Barreto e Sílvio Romero tiveram grande influência nessa movimentação. A Barreto, coube a contribuição ideológica e a Romero, as ações, inclusive em alguns artigos escritos para a propaganda.

Iniciado este movimento de emancipação intelectual por Tobias Barreto, no Recife, generalizou-se e repercutiu nas outras províncias onde se levantaram os pregoeiros das novas ideias. As academias de medicina tornaram-se centro ativo do movimento. As próprias academias de direito não ficaram isentas da influência emancipacionista ditada pela transformação que se operou no intelecto nacional. As escolas de engenharia e militares seguiram o mesmo caminho. (FREIRE, 1894, p. 170-173)

Conforme Góes (1891, p. 68-69), foi por consequência do incentivo de Sílvio Romero, que Felisbello Freire toma frente na propaganda republicana, dirigindo-se aos fazendeiros, pois compreendeu a necessidade de abarcar além da camada média urbana e intelectualizada para o sucesso da nova empreitada, convidando-os a se oporem a monarquia assinando o Manifesto de outubro de 1888, publicado no jornal “*O Laranjeirense*” e convocando os demais cidadãos para rejeitarem o império e se unirem na sessão de inauguração do Clube Republicano de Laranjeiras, que aconteceria no dia 1 de novembro do

mesmo ano, ou a enviarem suas cartas de adesão (O LARANJEIRENSE, 28 de outubro de 1888).

Nós, abaixo assinados, declaramos não pertencer mais a nenhuma das políticas monárquicas deste país - liberal ou conservadora - e sim ao patriótico e democrático partido republicano. Convictos de que a Monarquia, planta exótica neste país, tem sido o maior tropeço para o progresso, aderimos às novas ideias democráticas. Com o desejo de levantarmos nesta província o grande partido, o qual, por certo, curará de todas as necessidades públicas e do bem geral. (O LARANJEIRENSE, 28 de outubro de 1888)

Conclamando a República como regime e o partido republicano brasileiro como norteador, o manifesto recolheu o número de 41 assinaturas, sendo elas de:

Felisbello Freire, Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, Antônio de Siqueira Horta, José Pinheiro da Fraga, José Martins de Freitas, Pedro Paes de Oliveira Campos, Manoel Antônio dos Santos David, Ricardo Evêncio da Cruz, Manoel Evêncio da Cruz, José Joaquim Correia, Guilhermino dos Santos Moreira, Manoel Vicente da Sta Cruz Bahiense, Joaquim Anastácio de Menezes, Sebastião Amâncio Soledade, Prestato de Oliveira, João Paes de Azevedo Madureira, João da Silva Marques, Vicente Freire Ludovice, Pedro Francisco Ludovice, Francisco Rodrigues Nogueira, José Joaquim Ludovice, Francisco Vieira de Mello Ludovice, Manoel Tavares de M. Andrade, Manoel Vicente de Faro, José Villela da Fonseca, Francisco de Barros P. Franco, Antônio Manoel da Paixão, Francisco Pinheiro dos Santos Silva, Antonio Curvello de Mendonça, Emíldio Antonio da Cruz, Francisco Ezequiel de Oliveira Mello, Francisco Xavier de Almeida, Vicente José de Menezes, Dionizio José de Menezes, Francio* Teles da Silveira, Francisco Vieira de Menezes, Paulo Freire de Mesquita Dantas, Francisco Vieira de Mello, João Vieira de Menezes, Manoel Gervásio V. de Lima e Antônio Diniz Dantas e Mello. (O LARANJEIRENSE, 28 de outubro de 1888)

Além disso, durante essa primeira reunião ocorrida na casa do Major Alexandre José de Faro, objetivando a criação do partido republicano no município de Laranjeiras e a construção de uma diretoria para este, elege-se Romero como representante para o congresso republicano.

Depois de procedida a eleição, o Doutor Felisbello Freire pediu a palavra e propôs para representar o partido republicano, perante o congresso republicano que brevemente terá na Corte, o ilustrado crítico sergipano Dr. Sylvio Romero, que foi aclamado, em vista da convicção em que todos os correligionários estão do alto valor científico e sentimento patriótico do representante. (DOCUMENTO 3, 1 de novembro de 1888, p. 9)

Visto a formação do partido, a partir da averiguação de parte das fontes, em cinco atas registradas de sessões do Clube de Laranjeiras disponibilizadas tanto por Balthazar Góes, na

obra *A República em Sergipe (1891)* reeditada pela Secretária de Estado da Cultura em 2005, quanto pelo Arquivo Público do Estado de Sergipe, na obra “**O Movimento Republicano em Sergipe: documentos para a sua História (1980)**”, consta nessas ações do clube 65 assinaturas. No entanto, é preciso se atentar em certas especificidades, muitos daqueles que se fizeram presentes em sessão única eram possivelmente visitantes que estavam ligados a outros núcleos, como o exemplo de Olyntho Dantas, residente e envolvido com a agremiação em Aracaju (GÓES, 1891). Por isso, considerando a frequência de pelo menos duas reuniões, observamos a assiduidade de 41 republicanos signatários. Estando assim dispostas:

Tabela 1 - Assiduidade dos signatários nas sessões do Clube Republicano de Laranjeiras

FREQUÊNCIA	QUANTIDADE DE PESSOAS
Somente uma sessão	24
Duas sessões	15
Três sessões	14
Quatro sessões	5
Cinco sessões	7
TOTAL: 65	

Fonte: Atas das sessões do Clube Republicano de Laranjeiras, em: *O Movimento Republicano em Sergipe*. Doc 3, 1 de novembro de 1888, p. 9; Doc 4, 25 de dezembro de 1888, p. 11; Doc 5, 01 de março de 1889, p. 14-16; Doc 7, 10 de março de 1889, p. 18-20; Doc 8, 27 de junho de 1889, p. 19-21.

É importante ressaltar que durante esse trabalho, foi necessário averiguar a repetição de rubricas muitas vezes com prenomes substituindo sobrenomes e grafias diferentes em cada documento. Também é válido pontuar que foi opção própria excluir da relação a sessão extraordinária pós proclamação, pois se entendeu que não cabia mais ao interesse de interligar o clube com a propaganda para instauração.

Tabela 2- Relação da assiduidade dos frequentadores das sessões do clube republicano, desde sua inauguração.

UMA SESSÃO	DUAS SESSÕES	TRÊS SESSÕES	QUATRO SESSÕES	CINCO SESSÕES
Antônio de Siqueira Horta	Belizário Ribeiro de Oliveira	Antônio Curvello de Mendonça	Antônio Manoel da Paixão	Balthazar Góes Francisco
Antônio Diniz Dantas Mello	Ernesto G. do Nascimento	Antônio G. Valença	Felisbello Freire Manoel Antônio dos Santos David	Pinheiro dos S. Silva
Antônio Rodrigues Lima Sobrinho	Francisco José de Oliveira Sobrinho	Antonio Porto Benvindo Lobão Ramos	Manuel V. S. Bahiense	Guilhermino dos S. Moreira
Bonifácio Alves de Loureiro Lima	Francisco Lobão Ramos	Emigdio Antônio da Cunha	Pedro Paes de Oliveira Campos	João Francisco Regis
Bonifácio Rodrigues Dantas	Francisco Vieira de Mello	Felinto da Costa Brotas		Joaquim Anastácio de Meneses
Ernesto M. Dalto	Ludovice	Francisco Rodrigues		José Pinheiro da Fraga
Francisco da Cunha	João Paes de Azevedo	Nogueira		Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro
Francisco Esequiel de Oliveira e Melo	Madureira	Fulgêncio da Costa Brotas		
Francisco Nunes da Motta	Joaquim da Silveira Linhares	José Domingues de Macedo		
Francisco Xavier de Almeida				

Herculano Alves Café Horácio Baptista da Motta Joaquim de Oliveira Linhares João Rodrigues Dantas José Antônio de Oliveira José Joaquim Luduvico Leandro Diniz de Faro Dantas Manoel Pedro dos Santos. Manoel Vicente de Faro Marçal Bispo dos Santos Olyntho Rodrigues Dantas Pedro de Almeida Freitas Prestato de Oliveira Vicente José de Menezes	José Dativo Cavalcante José de Siqueira Meneses José Ferreira dos Santos José Pinheiro de Faro José Vilella da Fonseca Manuel Curvelo de Mendonça Pedro Barroso do Valle Raimundo Telles de Menezes	José Joaquim Correia José Martins de Freitas José Pinheiro dos S. Silva Ricardo Evêncio da Cruz Sebastião Soledade		
---	--	---	--	--

Fonte: Atas das sessões do Clube Republicano de Laranjeiras, em: O Movimento Republicano em Sergipe. Doc 3, 1 de novembro de 1888, p. 9; Doc 4, 25 de dezembro de 1888, p. 11; Doc 5, 01 de março de 1889, p. 14-16; Doc 7, 10 de março de 1889, p. 18-20; Doc 8, 27 de junho de 1889, p. 19-21.

Para além das presenças nas sessões, o movimento republicano no Clube Laranjeirense contou muito com a profusa contribuição dos intelectuais na escrita e propagação das ideias, pois até mesmo os debates nas reuniões eram permeados pelas questões apresentadas nos periódicos. Faz-se, portanto, conveniente retomar aqui compreensão de intelectual partindo do princípio proposto por Jean-Jacques Sirinelli, em duas acepções:

Uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os “mediadores” culturais, e a segunda mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito (...) uma segunda (...) baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator – mas segundo modalidades específicas, como por exemplo a assinatura de manifestos -, testemunha ou consciência. (2003, p.242-243)

Diante dessas questões, é imprescindível suscitar porque esse grupo social se configura numa espécie de elite, quando esta é compreendida como uma minoria detentora de algum tipo de poder e que se destaca diante de uma maioria que não o possui. Em

contraposição, os dados do primeiro censo oficial datando o ano de 1872⁹ apontava que, em Sergipe, na população livre se conta 18.887 homens e 10.447 mulheres que sabiam ler e escrever, enquanto 56.052 homens e 68.434 mulheres eram analfabetos. Em Laranjeiras, por exemplo, a cidade onde o movimento republicano teve mais força, somente 2.796 homens livres sabiam ler e escrever, enquanto o número de mulheres era de 892. O número de analfabetos era de 12.408, sendo 2.793 escravizados e 9.615 livres. Da população com cerca de 5 e 15 anos, 851 pessoas frequentavam a escola, enquanto 975 não frequentavam. Todos sendo crianças livres. Numa população de 16.096 almas sendo 2.793 escravos. Apesar dos números, segundo Ibarê Dantas, dezoito anos depois, em 1890 era a segunda cidade com mais cadeiras no ensino, perdendo somente para a capital (2004, p.15).

Não almejamos aqui fazer um levantamento quanto a história da educação no Estado, tampouco, na cidade, mas demonstrar o quanto o acesso à educação era algo bastante reduzido aos membros da elite econômica. No entanto, a intelectualidade não pode ser reduzida à formação acadêmica superior, já que, em Sergipe, as escolas primárias e secundárias e até mesmo as escolas militares tiveram tanta importância na composição da *intelligensia sergipana*.

Ao analisar o microcosmo intelectual de Sergipe, no período imperial, ficaram perceptíveis algumas facetas desse universo. A primeira delas é a formação acadêmica geradora de dois grupos distintos: o com formação superior e o com formação básica, mas, embora distintos, interligados através de um ponto em comum – o exercício da atividade intelectual, que gera o que Sirinelli conceituou como sendo um ecossistema – a *intelligensia*. Uma segunda faceta é que ambos os grupos são legitimados, de forma igual, pela sociedade sergipana na época e pela geração posterior. (SILVA, 2004, p. 59)

Desse modo, arquitetar como grandes nomes da intelectualidade sergipana estiveram ligados intimamente ou, por meio de influência e contatos, com o referido clube e como agiram em relação à propaganda republicana.

Para iluminar o aumento dos jornais e essa incidência de acadêmicos, principalmente médicos, na propaganda republicana, Felisbello Freire dissertava que

Ao passo que de 1820 a 1870 só existiam 21 jornais dedicados a causa da propaganda, de 1870 a 1888 esse número subia a oitenta e oito. Por isso mesmo que

⁹ O censo demográfico deste ano não chega a um número da população geral, pois as paróquias de S. Félix de Pacatuba, N. S. da Purificação da Capela, N. S. das Dores, Santo Antônio e Almas de Itabaiana e N. S. da Boa Hora do Campo do Brito, não foram recenseadas.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento do Brasil 1872 – Sergipe. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v12_se.pdf.

a propaganda científica preparou o terreno para desenvolver-se a ideia democrática, aqueles que se tinham educado nas academias de medicina, de engenharia e nas escolas militares convergiram para a República. Daí o fato de, em todas as províncias, estarem os médicos e engenheiros envolvidos na propaganda, assumindo mesmo uma posição saliente. Isto não quer dizer que os bacharéis não entrassem com o seu contingente. Compreende-se porém que elle foi muito restrito, não só pelas diferenças de educação científica, como pelas relações que mais de perto os prendiam à vida official. (1894, p 182-183)

A esse debate, acrescentamos a visão de Eugênia Andrade Vieira da Silva que, ao analisar a formação da elite intelectual sergipana de 1822 a 1889, levanta como as práticas de parte dessa elite agiram na construção do país.

Quando se percebe a correlação mantida entre a categoria dos médicos e dos bacharéis em Direito que, como grupos sócio-políticos, não estavam reduzidos, na política, à ocupação de cargos parlamentares e executivos (deputados, senadores, conselheiros, presidentes de Províncias), mas também se exprimiam através da ação prática cotidiana. Os médicos, no exercício de suas atividades profissionais, assemelhavam-se aos bacharéis em Direito, pois atuavam como legisladores executivos, além das atividades que lhes eram próprias. Já os engenheiros, ao final do século XIX, ao executarem obras básicas de modernidade do país, como as dos serviços públicos urbanos, aos poucos, construíram e legitimaram o campo da engenharia no país, ocupando uma posição que merece ser reconhecida. (SILVA, 2004, p. 33)

Com o desenvolver desse levantamento, procurando nos nortear pela peculiaridade da formação acadêmica dos citados, partimos para pesquisa biobibliográfica fazendo uso dos dicionários sergipanos de maior expressão quando se trata do mapeamento de sergipanos cujas ações e contribuições em vida de algum modo se sobressaíram aos “comuns”, o *Dicionário Biobibliográfico sergipano*, de Manuel Armindo Guaraná, e a obra *Brasileiros Ilustres: sergipanos ilustres*, de Liberato Bittencourt. No entanto, nada foi encontrado sobre a grande maioria, supomos então que, apesar do envolvimento com o clube, essa parcela levou uma vida, cujas ações cotidianas não geriam o impacto necessário para serem biografados.

Apesar da lacuna, os nomes de Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, Olyntho Rodrigues Dantas, Manuel Vicente de Santa Cruz Bahiense, Manuel Curvelo de Mendonça, Felisbello Firmo de Oliveira Freire, Balthazar de Araújo Góes, José de Siqueira Meneses, Josino Meneses, Leandro Diniz de Faro Dantas e Sebastião Soledade, tiveram biografias desenvolvidas por Guaraná, Bittencourt, ou pelo próprio Balthazar Góes (1891) que se dispôs a apresentar àqueles que aderiram ao projeto da República antes de sua proclamação constando assim como republicanos primitivos, históricos. Aliados a esses estavam também Eugênio José de Lima, Manoel Alves Machado, José Maria Moreira Guimarães, José

Hermenegildo Pereira Guimarães, Marcelino José Jorge, Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior, Serafim Vieira de Almeida, Firmino Rodrigues Vieira (a quem o autor coloca em dúvida quanto seu caráter *histórico*, ou *consumatista*), Conrado Álvaro de Córdova Lima e os membros do Clube Estanciano de 1887.

Temendo fazer desta monografia um grande apanhado biográfico, o que não é o objetivo, nos voltaremos ao trabalho prosopográfico somente daqueles cuja participação, apontada por outros autores, se deu na disseminação do republicanismo, através dos periódicos que foram objetos de nosso estudo.

A prosopografia é usada como uma ferramenta com a qual se atacam dois dos mais básicos problemas na história. O primeiro refere-se às origens da ação política: o desvelamento dos interesses mais profundos que se considera residirem sob a retórica da política; a análise das afiliações sociais e econômicas dos agrupamentos políticos; a revelação do funcionamento de uma máquina política e a identificação daqueles que manipulam os controles. (STONE, 2011, p. 115-116)

O Coronel Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, proprietário de terras na cidade de Laranjeiras, recebeu instrução particular e depois seguiu para o Atheneu na capital baiana, onde fez o ensino secundário. No entanto, não prosseguiu na própria formação, voltando a Sergipe para lidar com a lavoura. Tornou-se republicano, ajudando a construir e tornando-se vice-presidente do Clube Republicano de Laranjeiras, inclusive cooperando na manutenção da propaganda (GUARANÁ, 1925, p. 517), provavelmente, monetariamente.

Quanto à Olyntho Rodrigues Dantas, foi professor de latim no Atheneu Sergipense e médico formado pela Faculdade do Rio de Janeiro, em 1885. Foi colaborador do “*O Republicano*” fazendo parte de sua redação (GUARANÁ, 1925, p. 446-447) e, assim como Vicente Luiz, foi considerado por Góes um republicano primitivo.

Manuel Curvelo de Mendonça, filho de Antônio Curvelo de Mendonça (fazendeiro, cujo nome também aparece nas atas do Clube), republicano primitivo, fez seu ensino preparatório no Liceu Laranjeirense, onde, segundo Góes, se fez brotar a ideia democrática e, sob o pseudônimo de Luchner, esteve presente nas colunas do “*O Laranjeirense*” (1891, p. 45-46). Sua formação acadêmica em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Recife, no entanto, foi concluída em 1892 (GUARANÁ, 1925, p. 389).

Balthazar de Araújo Góes (GUARANÁ, 1925, p. 84) completou seus estudos no Atheneu Sergipense e atuou como professor, instituindo o Liceu Laranjeirense, curso de

humanidades e o Clube Democrático. Contribuiu também nos jornais “*O Laranjeirense*” e no “*O Republicano*”, tematizando, sob o pseudônimo de *Tupi*, o movimento do partido em todo o país. Quanto sua relação com a política, Guaraná aponta que

De convicções políticas inabaláveis, preferia sacrificar as mais caras afeições a traír os princípios, não hesitando em dissentir francamente da opinião dos melhores amigos, quando se convencia de que as deliberações do seu partido não se encaminhavam para a realização dos ideais republicanos. (1925, p. 85)

Josino Odorico de Meneses, filho de Joaquim Anastácio de Meneses, proprietário dos periódicos supracitados, formou-se em Farmácia na Faculdade da Bahia. Quando voltou a Sergipe, abriu sua farmácia e consagrou-se a defesa da abolição primeiramente, depois a propaganda republicana, com a qual contribuiu nas colunas do *O Horizonte* (1885), mais tarde fundando e sendo redator no *O Laranjeirense* (1887) e no *O Republicano* (1888). (GUARANÁ, 1925, p. 358)

Segundo Góes, José Maria Moreira Guimarães estudou na Escola Militar, onde se dedicou a Matemática e Ciências Físicas. “Foi sempre um pelejador esforçado, afanoso pela grande ideia, ilustrando com sua pena as colunas do “*O Laranjeirense*” e “*O Republicano*” (1891, p. 37-38). Também foi correspondente da Corte no “*O Laranjeirense*”(7 de outubro de 1888).

Sebastião Soledade foi tipógrafo e, com seu ofício, contribuiu com o Clube Republicano, sendo também escritor dos periódicos em alguns momentos. (BITTENCOURT, 1913, p. 82).

Francisco Antônio Carvalho de Lima Júnior, conforme Bittencourt (1913, p. 171), foi um poeta inspirado, professor público e bibliotecário, manifestante fervoroso dos ideais republicanos e importante contribuinte nas colunas dos jornais deste viés, inclusive como correspondente diretamente de Alagoas (O LARANJEIRENSE, 07 de outubro de 1888).

José Hermenegildo Pereira Guimarães foi médico formado na Bahia, patriota e propagandista da democracia, valorosamente ativo nos órgãos do “*O Laranjeirense*” e “*O Republicano*” (GÓES, 1891, p. 38).

Por hora, falemos agora daquele visto como o grande incitador da propaganda, Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, um dos escritores ferrenhos dos periódicos republicanos “*O Laranjeirense*” e “*O Republicano*” e contribuinte ativo no “*O Horizonte*” com suas ideias abolicionistas e democráticas. Formado em medicina pela Faculdade da Bahia, começou a clinicar em Laranjeiras no ano de 1882, onde também principiou a disseminar as

novas ideias. Além de ter sido o fundador do Clube Republicano, objeto deste trabalho, foi escritor proeminente nas colunas dos periódicos de mesma posição sob as alcunhas de *Celsus*, *Gambeta*, *Claudius* e *Mateus*, segundo Armindo Guaraná (1925, p. 156-161). Estudioso prolixo, é conhecido como o primeiro historiador do Estado por seu trabalho pioneiro ao escrever a obra *História de Sergipe*, tendo sido também o primeiro Governador republicano em 1889.

Leonídio Augusto de Souza Porto, que cursou durante anos os seminários da Arquidiocese, chegando a completar o curso de Teologia Moral. No entanto, abandonou a vida eclesiástica e dedicou-se ao magistério, fundando um colégio na Bahia. Contribuiu com a propaganda, mais especificamente com “O Laranjeirense” sendo inclusive correspondente da Corte (GUARANÁ, 1925, p. 197)

Afora a relação com a formação intelectual de parte do Clube Republicano, as ideias republicanas em Sergipe também não se findam nas ações dos jornais, como bem lembra Freire, mas de certo modo, estava intrinsecamente ligada a instrução, inclusive incitando o acesso à educação como meio de preparação para se chegar à República.

Esta propaganda política era auxiliada pela propaganda do magistério, sob a direção de Balthazar Góes, que abriu um colégio de ensino secundário e um clube de preleções sobre assuntos de ordem de educação intelectual (FREIRE, 1894, p. 266).

O Liceu Laranjeirense, colégio de ensino secundário formador e difusor das ideias novas, e o clube de preleções como Felisbello Freire denomina é o Clube Democrático criado em 1887, que tinha como função manter conferências públicas para instrução popular, uma biblioteca e aulas para adultos. Não sendo uma agremiação política, conseguiu ainda realizar cinco conferências apesar da sua breve existência, foram elas: "Evolução da matéria, leis e causas de suas formas"; "Instrução pública no Brasil"; "Transformação do trabalho"; "O darwinismo"; "Educação doméstica". Tendo Fausto Cardoso, Samuel de Oliveira, Francisco Hora Magalhães, Delmiro de Oliveira e até mesmo Freire como conferencistas, este clube, em solenidade, colocaria o retrato de Tobias Barreto em sua sede (OLIVA, 1985, p. 56).

Não obstante, a questão da educação, a instrução também era algo que bastante interessava ao grupo de republicanos, pois se entendia que era por meio dela que a opinião pública seria formada a favor de um regime de governo democrático. No número 24 do “*O Laranjeirense*” em artigo nomeado “A instrução primária”, critica as reformas aplicadas em Sergipe e as irregularidades no ensino.

Pedimos providências, pedimos reformas, vêm as providências e as reformas, mas artisticamente combinadas de modo a serem salvos os dilectos do deus das tramoias. Nada mais fácil do concatenar uma tirada de artigos reguladores de tal ou qual instituição, e redigir regulamentos que causticam sempre as mesmas trivialidades (...) contra todas nossas expectativas, vemos a desordem no mecanismo da instrução primária. (O LARANJEIRENSE, 19 de junho de 1887)

Quando se inicia o segundo ano de publicação, no número 51, de 01 de outubro de 1888, o redator, ao sopesar o trabalho através da imprensa como uma das maiores forças da civilização, admite, “não se destrói hábitos inveterados, o intelecto de uma época senão com o auxílio da opinião pública” (O LARANJEIRENSE, 01 de outubro de 1888).

Na publicação do periódico, no número 89 de 07 de outubro de 1888 a educação tornou a ser abordada. No entanto, devido ao deterioramento, não foi possível ler os números 90 e 91 para retomar a leitura do artigo nomeado Da Educação Pública.

A necessidade do desenvolvimento intelectual não só é hoje um princípio geralmente reconhecido para a liberdade do indivíduo nos diversos mistérios da vida, como também já o era entre os sábios da antiguidade (...) e com efeito assim é. Só pela cultura do espírito é que o homem torna-se superior a todos os outros seres da criação. (O LARANJEIRENSE, 07 de outubro de 1888)

A propaganda republicana, entretanto, jamais se restringiu a criticar a educação, mas, principalmente, a apontar os defeitos do regime que deveria ser destituído, criticar o arcabouço político do país e o provincial, aclamar a república, os trabalhos científicos em voga, bem como conclamar maior participação e anunciar seus passos quanto partido. Principalmente após 1888, quando iniciado o segundo ano do *O Laranjeirense*, deixa-se o título de órgão imparcial e os noticiários, até ser substituído pelo *O Republicano* como órgão do partido.

Em comemoração à abolição, o periódico *O Laranjeirense*, nº 70, em artigo O avançar da democracia, afirmando a difusão da ciência no Brasil como a causa mais geral do acontecimento, diz que

O grande acontecimento que levantou aplausos gerais em todo país será para o futuro historiador, a mais eloquente prova de um caráter que se aperfeiçoa e progride (...) Acostumados nós a considerar o governo como a força mais protetora, aquela que mais diretamente encarrega-se da prosperidade do país, o governo ficaria sempre no plano dos adiamentos, se da parte da opinião popular, não se levantasse um brado de exigência (...) (O LARANJEIRENSE, 20 de maio de 1888)

A partir daí, com *O Republicano*, tendo seu primeiro número publicado após o 13 de maio de 1888, a questão da abolição já não é mais recorrente. Inicia-se então um processo de

ainda maior convocação, principalmente dos fazendeiros, a se juntar ao partido, críticas ainda mais agudas ao Império, bem como de notificação dos manifestos e manifestantes no país. Tendo Felisbello Freire como redator-chefe, redatores como Silvio Romero, J. Ribeiro, Martins Júnior, José Leandro, Virgílio Lemos, Moreira Guimarães, Leonídio Porto, Evaristo de Moraes, Lima Júnior, Josino Menezes, Olintho Dantas, Nolasco, Costa, Coriolano, Tupy e Ratcliff (pseudônimos) orgulhosamente dispostos no cabeçario do jornal (O REPUBLICANO, 1 de janeiro de 1889).

A monarquia já não servia ao país e, cada vez, se tornava mais um empecilho para a evolução do país. Na edição nº 1 do “*O Republicano*” em 1888, no artigo “O liberalismo monárquico”, fica claro o quanto se fazia necessário destituí-la.

Há muito tempo está na convicção de todos os patriotas brasileiros que a forma de governo que nos rege não pode deitar em prática as grandes reformas sociais de que o país precisa, para avantajá-lo no coeficiente do movimento democrático. Há muito tempo o nosso regime governamental tornou-se uma peça¹⁰, uma força puramente negativa com a qual não pode contar a nação para efetuar seus melhoramentos (O REPUBLICANO, 11 de novembro de 1888).

Ao responder as críticas em publicadas pelo órgão liberal *A Reforma*, quanto a inépcia e antipatriotismo da propaganda republicana que se iniciava, o redator de *O Republicano* assim defende suas ações:

Não há inépcia, nem falta de patriotismo, em uma propaganda que só tem por fim matar essa forma governamental que nos tem corrompido o caráter, esvaindo a força da nação nas patetas, nas graves lesões à economia do país, que nos tem enclausurado nas tradições de família, negando o apoio ao talento e a ciência. (...) Basta salientar nessa síntese, o objeto da propaganda, que obedece aos conceitos científicos mais adiantados da época, ao altruísmo mais complexo a quem tem chegado o espírito (O REPUBLICANO, 14 de novembro de 1888).

Ainda propõe questionamentos que implicam nos princípios que moviam os republicanos ligados à imprensa. Como achar antipatriótica uma propaganda que tem por fim levantar os brios da nação? Tem por fim acabar com a centralização prejudicial ao progresso das províncias, da lavoura, da indústria e até mesmo da ciência? Uma propaganda que tem por fim reformar o ensino teórico e técnico? Abrir vias para a colonização estrangeira?

Na edição de nº 10, conclama-se os sergipanos diante de todas as ótimas condições naturais e de todo o desfeito monárquico.

¹⁰ Após “peça”, a palavra está ilegível.

O que nos falta, pois? Trabalho e esforço para eliminarmos do Brasil a instituição monárquica que aqui foi plantada (...) Se o Paulista entra na convicção de que a Monarquia deve ser eliminada, ele que a seu favor tem merecido do governo, pelas tendência de revolta do seu espírito, alguma atenção e como ele, o pernambucano, o mineiro, o rio-grandense, o baiano, ao sergipano assiste o mesmo dever, desde quando temos sido seus filhos bastardos. (O REPUBLICANO, 13 de janeiro de 1889)

A partir da edição nº 39, datando 8 de setembro de 1889, os nomes e, ou pseudônimos dos redatores e colaboradores são retirados do cabeçalho do periódico, passando a ter contribuições ainda mais diversas. Dez edições depois, no dia 17 de novembro de 1889, a redação segue seu fluxo normal, só na última página anuncia-se a proclamação da República.

Em suma, assim se deu a propaganda republicana, publicada em caráter semanal e movida por idealistas. Nos seus impressos anunciavam as ações do clube laranjeirense, ou as notificavam, seus participantes mais ligados "às letras" davam seu parecer sobre a política imperial, Lima Júnior, por exemplo, foi um dos principais críticos dos partidos monárquicos ao longo de nossa análise. Compartilhavam literatura, artigos científicos e publicações de cabeças do movimento, como Silva Jardim e Alberto Salles como embasamento dos propósitos e apresentavam com alegria os novos adeptos ao republicanismo. Ainda também se defendiam das acusações monarquistas da "*A Reforma*", criticavam a família real, mas, principalmente, contrapunham a monarquia e seu insucesso, com as grandes chances do sistema democrático em fazer o país progredir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de coexistirem com as demais ideologias desde a Independência, segundo alguns autores, os ideais republicanos no Brasil ganham uma propulsão mais significativa a partir de 1870, quando a crise geral do Império se agrava e a República deixa de ser uma utopia de alguns idealizadores federalistas, para se tornar o “sonho modernizante” que faltava para grupos muito mais expressivos naquela sociedade. Vivendo instabilidades e tensões políticas desde 1831, quando D. Pedro I renunciava a coroa e voltava a Portugal, o Império do Brasil conhece seu auge nos anos de 1850 a 1875, onde logo depois se vê em uma progressiva perda de legitimidade cuja culminância se dá na instauração da República em 1889.

No entanto, durante os seus anos de consolidação, a efervescência de transformações sociais, políticas e econômicas redesenha o caminho para o país, como a proibição mais rígida ao tráfico de escravizados, conhecida por Lei Eusébio de Queirós, a criação da Lei de Terras, que designou normas tanto para posse e manutenção, quanto para uso e comércio de terras, além da criação do Código Comercial, o processo de renovação na Guarda Nacional, a expansão cafeeicultura, a criação de estradas de ferro pelo país. Até mesmo os problemas políticos pareceram se reduzir com o projeto de Conciliação do gabinete Paraná em meados do século XIX.

O Imperador mais adaptado ao uso do Poder Moderador passava a se arriscar mais e a mediar as ações dos Partidos Liberal e Conservador, bem como alterná-los em poder. As estruturas política e administrativa, no entanto, foram alvos de duras críticas durante todo o Segundo Reinado. Tópicos como a centralização excessiva que reduzia a autonomia das províncias; a ação do Poder Moderador que intervinha nos demais poderes; e até mesmo o sistema eleitoral que passa por poucas mudanças ao longo do reinado de D. Pedro II, mas sofreu uma redução drástica nos votantes, dados os empecilhos postos em 1881, são comuns ao longo do anos e vão ganhando amplitude com o passar do tempo. O Movimento Republicano surgia, então, como resultado do acúmulo do desagrado das elites em relação ao governo monárquico.

Quando se tratou de pensar na República, inúmeras ideias, interpretações e adaptações dos protótipos vigentes foram postos diante de debates reclusos. Desse modo, cada grupo

republicano que surgiu ficou responsável por imaginar, dadas as circunstâncias, um modelo que os agradasse, a melhor solução para substituir o governo monárquico e construir a nação.

Os republicanos brasileiros tinham as influências claras da Revolução Francesa, da República federalista norte-americana e o projeto positivista. Para além do que se espera ao tratar o republicanismo no Brasil, dividido nas três vertentes dispostas, o projeto positivista sustentado pela parcela militar, o projeto jacobino apadrinhado por intelectuais e setores da classe média urbana e, por fim, o projeto liberal/federalista defendido pelos proprietários rurais do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo, mas, principalmente, pelos paulistas.

As pequenas províncias também se posicionaram. Em Sergipe, o Movimento Republicano melhor se desenvolveu em Laranjeiras, cidade onde a efervescência econômica e social atraiu a expansão de um meio intelectual, que esteve em constante contato com as novas ideias, formando assim de uma pequena elite intelectual em meio a uma camada média urbana, surge o Clube Republicano de Laranjeiras. Compreendendo a posição política desfavorável, os republicanos sergipanos, bem como os das grandes províncias, se dispuseram a combater a monarquia com suas próprias armas, a propaganda.

Diante desse panorama, foram fundados os periódicos *O Laranjeirense*, em 1887, e *O Republicano*, em 1888. A partir deles, a pequena elite intelectual, muitas vezes nem mesmo atrelada ao Clube laranjeirense, disseminou seus ideais, anunciando as ações do clube, ou notificando e defendendo a instrução da população como preparativo para o regime a ser instaurado, mas mais que isso, apontando os defeitos da monarquia que deveria ser sobrepujada para o bem do país. Em seus artigos, criticavam a política imperial, a família real, mas principalmente contrapunham a monarquia e sua incapacidade e fracasso, com o idealismo republicano de progresso.

O idealismo não se resumia a defesa da bandeira republicana apenas inserido na própria agremiação, possivelmente nem sob a mesma vertente, ou projeto. Conforme Terezinha Oliva (1865, p. 59), um dos maiores problemas enfrentados pelos republicanos, especialmente os históricos, após a proclamação, foi que movidos pelos ideais e sem muito preparo para o exercício do poder, tudo que tinham em consenso em sua ideologia era a forma de governo republicana e o federalismo.

Mesmo em uma amostra pequena, percebe-se a heterogeneidade da composição desse movimento, entre eles estiveram médicos, professores e jornalistas, na compreensão ampla da

profissão, o que nos leva a entender que quando afirma-se que “todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e gosto de conviver” (SIRINELLI, 2003, p. 278), é possível compreendermos que a propaganda republicana foi antes de tudo essa estrutura de sociabilidade.

Em conclusão, organizados ou não no Clube Republicano de Laranjeiras, os intelectuais sergipanos tiveram na propaganda republicana o seu meio de difusão do conhecimento daquela época, conhecimento político e social. Utilizando da imprensa para legitimar as discussões em voga, os periódicos representavam, mesmo que do viés republicano de idealistas, uma visão de mundo que ainda pode ser muito utilizada em novas pesquisas.

FONTES

DOCUMENTOS:

Atas das Sessões: disponível em **O Movimento Republicano em Sergipe** (documentos para a sua História). Pesquisa do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), Aracaju, 1980.

Documento 3, 1 de novembro de 1888, p. 9;

Documento 4, 25 de dezembro de 1888, p. 11;

Documento 5, 01 de março de 1889, p. 14-16;

Documento 7, 10 de março de 1889, p. 18-20;

Documento 8, 27 de junho de 1889, p. 19-21;

JORNAIS:

a) *O Laranjeirense/ O Larangeirense*: Disponível no site da Biblioteca Nacional Digital:

<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Nº 24, 19 de junho de 1887¹¹

Nº51, 1 de janeiro de 1888

Nº53, 22 de janeiro de 1888

Nº 70, 20 de maio de 1888

Nº 89, 7 de outubro de 1888

Nº 92, 28 de outubro de 1888¹²

b) *O Republicano*. Disponível no site da Biblioteca Nacional Digital:

<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Nº 1, 11 de novembro de 1888

Nº2, 14 de novembro de 1888

Nº7, 19 de dezembro de 1888

Nº1, 1 de janeiro de 1889

Nº 9, 6 de janeiro de 1889

Nº16, 24 de fevereiro de 1889

¹¹ Única edição de 1887 encontrado na Biblioteca Digital

¹² Danificado na primeira página.

Nº 10, 13 de janeiro de 1889

Nº48, 10 de novembro de 1889

Nº 49, 17 de novembro de 1889

LIVROS:

BITTENCOURT, Liberato. **Brasileiros illustres: sergipanos illustres**. Rio de Janeiro: Typ. Pap. Gomes Pereira. 1913.

CURVELLO, Manoel. **Sergipe Republicano: estudo crítico e histórico**. Casa Mont'Alverne, 1896. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221751>. Acesso em maio de 2021.

GÓES, Balthazar. **A República em Sergipe: apontamentos para a história de Sergipe, 1870-1889**. Laranjeiras, 1891. Reedição organizada pela Secretaria de Estado da Cultura. Aracaju – SE, 2005.

GUARANÁ, Manoel Armindo C. **Diccionario Bio-bibliographico Sergipano**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1925.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBROSINI, D. R. O poder moderador na construção do Estado imperial brasileiro. **Leviathan**. São Paulo, 2004, 1. P 119-154. <https://doi.org/10.11606/issn.2237-4485.lev.2004.132252>

ARTIAGA, Rodolfo Raja Gabaglia. Império do Brasil (Segundo Reinado): Os reflexos do café na formação econômica do Brasil. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, [S.l.], v. 1, n. 26, p. 282-298, maio de 2020. ISSN 2316-2880. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/3342>>. Acesso em: 19 fev. 2022.

BARNABÉ, Israel Roberto. Elite, classe social e poder local. **Estudos de Sociologia**, v. 4, n. 7, 1999.

BARROS, José D.'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. **Varia História**, v. 22, n. 36: 2006. p. 460-475.

BITTENCOURT, Liberato. **Brasileiros ilustres: sergipanos ilustres**. Rio de Janeiro: Typ. Pap. Gomes Pereira, 1913.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11ª edição. Brasília: Editora UnB, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. Modernização frustrada: a política de terras do Império. **Revista Brasileira de História**, v. 1, n. 1, p. 39-57, 1981.

CARVALHO, José Murilo de; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História do Brasil Nação: A construção nacional (1830-1889)**. São Paulo, Editora Objetiva, 2012.

_____. **A formação das almas: imaginário da República no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras. 1987.

_____. República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891. **Varia história**, v. 27. 2011. P 141- Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752011000100007>

CASTRO, Celso. **A proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CAVALCANTI, Eduardo Bezerra. Uma crítica radical ao século XIX: Tobias Barreto e a questão do poder moderador. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 8, n. 1, 1992.

CORREA, L. DE A. A Nova História Política e as fontes midiáticas: histórico, metodologias e fontes – breve comentário. **Albuquerque: Revista de História**, v. 9, n. 18, 7 abr. 2018.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 8. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

COSTA, Milene Ribas da. **A implosão da ordem: a crise final do Império e o Movimento republicano paulista**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-28052007-141852/pt-br.php>. Acesso em: 04 de junho de 2021.

CURVELLO, Manoel. **Sergipe Republicano: estudo crítico e histórico**. Casa Mont'Alverne, 1896. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221751>. Acesso em maio de 2021.

DANTAS, Ibarê. **A Política em Sergipe Provincial (1820-1889)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 46, 2016.
_____. **Os Partidos Políticos em Sergipe**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

FAUSTO, Boris. O Segundo Reinado 1840-1889. In: **História do Brasil**. 12. Ed- São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2006. P 173- 243.

FREIRE, Felisbelo. **História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Moreira Maximino Chagas, 1894, 373 p. v.1.

FREIRE, Laudelino de Oliveira. **O quadro chorographico de Sergipe**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1898.

FREITAS, Eduardo da Silva de. A ideologia nacionalista republicana na 'História da Literatura Brasileira', de Sílvio Romero. **Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, [S.l.], v. 24, n. 40, abr. 2017. ISSN 2446-6905. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraca/article/view/26567/21198>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

FREITAS, Itamar. **Historiografia sergipana**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2007.

GARCIA, Nelson Jahr. **O que é propaganda ideológica**. 10ª ed. Editora Brasiliense, 1992.

GÓES, Balthazar. **A República em Sergipe: apontamentos para a história de Sergipe, 1870-1889**. Laranjeiras, 1891. Reedição organizada pela Secretaria de Estado da Cultura. Aracaju – SE, 2005.

GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. **Diccionario bio-bibliographico sergipano**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1925.

JÚNIOR, José Ribeiro. A América Latina no século XIX. Uma monarquia em face de várias repúblicas. **Revista de História**, v. 34, n. 70, p. 491-504, 1967. <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/126118/122922/240146>

LE GOFF, Jacques. **Memória**. In: **História e Memória**. 7ª ed. Campinas, São Paulo. Ed. Unicamp, 2013. p 387-435.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111 à 142.

MEDEIROS, Fabrício Ferreira. A nova história política. **Temporalidades**, v. 9, n. 3, p. 258-269, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5931>

MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar. 1975.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: Da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

NEVES, Erivaldo Fagundes. História e região: tópicos de história regional e local. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, v. 2, n. 2, p. 25-36, 2008.

OLIVEIRA, Ione. História política e historiografia no Brasil República. **Textos de História. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB**. [S. l.], v. 15, n. 1/2, p. 93-107, 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27985>
Acesso em: 05 de junho de 2021.

PETRONE, Maria Thereza. As crises da monarquia e o movimento republicano. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 16, p. 31-41, 1975.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV. 2003

SANTA ROSA, Silmara D. A crise imperial e a perspectiva republicana: alguns fatores que determinaram o fim do Império. **Revista Outras Fronteiras**, v. 1, n. 1, p. 128-153, 2014.

SANTOS, Lourival Santana. As ideias republicanas em Sergipe. **Cadernos UFS- História**, São Cristóvão. V. 4, 2003. p. 43-52

SANTOS, Mallu Ticiane Conceição dos. **Análise do pensamento republicano do professor sergipano Balthazar de Araújo Góes (1853-1913)**. São Cristóvão, SE, 2017. Monografia (Graduação em História) Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/9243>> Acesso em: 03 de maio de 2021.

_____. **“Viva a república”**: análise das disputas pelo poder em Sergipe entre os Republicanos Históricos e os Adesistas (1889-1898). 2021. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14993>

SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. **A Formação Intelectual da Elite Sergipana (1822-1889)**. 2004. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-262.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. As Crises Econômicas e o Segundo Império. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, n. 4, p. 66-76, aug. 2012. ISSN 2316-3852.

Disponível em: <http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/106>. Acesso em: 19 de fev. 2022.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política** [online]. v. 19, n. 39, pp. 115-137. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009> Acesso em 5 de maio de 2022.